LAT 1277

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria da Educação Superior – SESu
Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

INFOBILA

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP

Modelos Alternativos de Empréstimos-Entre-Bibliotecas

BIBLIOTECA
CENTRO UNIVERSITARIO DE INVESTIGACIONES BIBLIOTECOLOGICAS

SESu/PNBU/Doc. PET/90/08

BRASÍLIA
1990

LAT 1277

INFOBILA

MFN 6309 no

Modelos Alternativos de Empréstimos - Entre - Bibliotecas

INFOBILA

No. Lat. 001277
No. Adq.
No. Sist.
Tipo de Adq. Donación
Fecha 17 oct 2011

FICHA CATALOGRÁFICA

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina)

M689 Modelos alternativos de empréstimo-entre-bibliotecas (coordenação) Antonio Lisboa Carvalho de Miranda; (editado por) Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior. -- Brasília: O Programa, 1990.

107 p.: il

Obra produzida sob os auspícios do Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia.

1. Tesauros — Manuais, guias, etc. I. Miranda, Antonio Lisboa Carvalho de. II. Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior (Brasil).

CDU 025.43(21)

ÍNDICE PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO (CDU)

1. Tesauros — Manuais, guias, etc. 025.43(021)
2. Manuais, guias, etc. — Tesauros 025.43(021)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria da Educação Superior
Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior

Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Financiadora de Estudos e Projetos

(SESu/PNBU/Doc. PET/90/08)

MODELOS ALTERNATIVOS DE EMPRÉSTIMOS-ENTRE-BIBLIOTECAS

Antonio Lisboa Carvalho de Miranda
Universidade de Brasília

Brasília

Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior
1990

Ministro da Educação
CARLOS SANT'ANNA

Ministro da Ciência e Tecnologia
DÉCIO LEAL ZAGOTTIS

Secretário da Educação Superior
EDSON MACHADO DE SOUSA

Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico
CRODOWALDO PAVAN

Programa Nacional de
Bibliotecas das Instituições
de Ensino Superior
YONE CHASTINET

Financiadora de Estudos e Projetos
JOÃO LUIZ COUTINHO DE FARIA

Coordenadoria de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior
UBIRAJARA ALVES

Equipe responsável pelo trabalho
Daniel Alvarado
Márcia Martins

Pesquisa financiada pelo CNPq

APRESENTAÇÃO

O Brasil não dispõe de mecanismos formais que viabilizem o empréstimo sistemático de livros entre Bibliotecas. Assim, todos os recursos aplicados pelas próprias Instituições de Ensino Superior – IES ou por Agências de fomento na aquisição de livros, beneficiam apenas a comunidade local. Um dos grandes obstáculos à implementação de mecanismos dessa natureza é a dificuldade de obter-se informação sobre a localização dos livros nos acervos das Bibliotecas das diferentes IES.

Para que o empréstimo entre Bibliotecas seja desenvolvido a nível do país torna-se necessário dispor de um Catálogo Coletivo Nacional de Livros e de instrumentos próprios que assegurem o trânsito do livro de uma Biblioteca para outra, em condições satisfatórias de prazo, segurança e confiabilidade no serviço oferecido.

A questão do Catálogo Coletivo Nacional de Livros tem se constituído em ação prioritária do PNBU traduzida no apoio à Rede BIBLIODATA, expandindo o número de Bibliotecas de IES que a integram. O crescimento da Rede torna de maior abrangência o serviço por ela oferecido, de localização de livros nas Bibliotecas.

São portanto exigidos dois movimentos simultâneos para implantação de um serviço de empréstimo entre Bibliotecas: a organização das coleções de forma padronizada, o que resulta no Catálogo Coletivo e garante a disponibilidade dos documentos e a implementação de mecanismos próprios de empréstimo inter-bibliotecários que transforma a citada disponibilidade em efetiva acessibilidade aos documentos para qualquer IES do país.

Face a esse panorama, o Grupo de Assessoramento do Programa de Pesquisas, Estudos Técnicos e Desenvolvimento de Recursos Humanos – PET, decidiu incorporar, dentre os projetos que o integram, um estudo so-

bre o assunto. No momento de se sugerirem nomes de profissionais para a execução do projeto, foi unânime a indicação do Prof. Antônio Miranda, por sua experiência profissional na área como docente, pelo sucesso de sua ação na criação do COMUT, programa fortemente ligado ao que se pretende criar.

E agora, e com muita satisfação, lançamos o presente documento. Não como um projeto acabado, mas como uma proposta à espera da oportunidade de ser implantada, para aí, sim, transformar-se em projeto concluído e em missão cumprida pelo PNBU.

Yone Chastinet
Secretária Executiva do Programa Nacional
de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior

SUMÁRIO

1 - NOTA EXPLICATIVA 9

2 - EMPRÉSTIMO-ENTRE-BIBLIOTECAS: REVISÃO DE LITERATURA pas Literatura Brasileira 11

3 - MODELOS DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMA DE ACESSO AO DOCUMENTO PRIMÁRIO 23

4 - LEVANTAMENTO DE DADOS JUNTO ÀS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS 51

Anexos: Lista das bibliotecas que responderam ao questionário .. 59

Modelo do Questionário 68

5 - ANTEPROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO-ENTRE-BIBLIOTECAS (MEC/SESU/PNBU/SENEB) 72

6 - PADRÕES E INDICADORES 96

1 - NOTA EXPLICATIVA

Greve e inflação são fatores desestabilizadores de qualquer pesquisa no Brasil, aliados a outros problemas crônicos como sejam a falta de infra-estrutura, de equipes de trabalho, de metodologias e de tradição no pensar e no fazer científico.

As greves recentes ocorridas na Universidade de Brasília – independentemente de qualquer julgamento de sua justiça do ponto de vista profissional – criaram um clima de desarticulação e apatia de efeitos devastadores. Greve extremamente demorada, ainda sem resultados positivos, conseguiu desmobilizar quase por completo a comunidade universitária, com graves danos para as atividades de ensino e pesquisa.

No caso concreto da presente pesquisa significou ficar sem contato, durante meses, com os alunos assistentes os quais deram uma contribuição bem abaixo da pretendida. Como estavam desobrigados a virem às aulas e como os equipamentos em que iriam trabalhar estavam inacessíveis, ficaram desmotivados para a continuidade do trabalho.

Outro fator desalentador foi a inflação.

Os recursos para o desenvolvimento do projeto eram escassos. Foram alocados no início do projeto, já parcialmente defasados. Sobretudo no tocante ao pagamento de pessoal de apoio nas tarefas de datilografia, digitação, etc os recursos eram modestos e tiveram que ser pagos tão logo o dinheiro caiu na conta do coordenador da pesquisa (sob pena de perder seu poder aquisitivo; por determinação do CNPq não seria possível aplicar o recurso no mercado financeiro com vistas à manutenção de seu valor junto à inflação).

Apesar da boa vontade do pessoal de apoio não foi possível contar muito com eles seja porque estiveram em boa parte do período em greve, seja porque, tendo recebido o pagamento (modesto) com muita antecipação, já não se sentiam motivados para a realização da tarefa...

Mas a greve foi mais danosa ainda na medida em que, rompendo com a rotina do Departamento de Biblioteconomia, trouxe seqüelas desastrosas. Uma delas, **o desaparecimento de originais!**

O texto do primeiro Questionário do levantamento de dados junto às bibliotecas universitárias, já devidamente testado e aprovado, desapareceu... Depois desapareceram os originais de uma revisão de literatura a nível internacional (em torno de 30 páginas de papel manuscrito)...

Se não bastasse tudo isso, o microcomputador que estava sendo utilizado para a elaboração do trabalho teve problemas de funcionamento. Durante vários meses tentou-se obter das autoridades da Universidade os recursos para seu conserto, sem solução até o momento... Em conseqüência, muito trabalho teve de ser refeito.

Pelo exposto, trabalho de pesquisa exige menos esforço intelectual que físico e providências burocráticas.

O presente Relatório foi feito nas condições acima descritas. Falta o capítulo relativo à revisão de literatura estrangeira (perdido, e ainda sem garantias de vir a ser localizado).

Mais do que desculpa, fazemos aqui um desabafo. Em condições tão adversas, com o país praticamente paralisado, sem garantias de que os planos e sonhos que alimentamos terão alguma perspectiva de sobrevivência, só nos resta o consolo sadomasoquista do individualismo, disfarçado de idealismo...

2 - EMPRÉSTIMO-ENTRE-BIBLIOTECAS: REVISÃO DE LITERATURA

Literatura brasileira

2.1 - Introdução

A presente revisão de literatura pretende abranger o tema "empréstimo-entre-bibliotecas" ou "empréstimo interbibliotecário" publicada no Brasil.

A pretendida revisão inclui tanto os autores brasileiros que agitaram a discussão em torno do tema como os estrangeiros citados como autoridades no assunto.

A estratégia de síntese da referida literatura contemplou os seguintes aspectos: objetivos, vantagens, problemas e diretrizes, visando à implantação de um Serviço Nacional de Empréstimo-entre-bibliotecas.

2.2 - O quê?

O controle bibliográfico tem permitido uma maior cobertura dos documentos e assegurado um acesso mais rápido e eficaz às referências bibliográficas. Atualmente a automação permite acesso às bases de dados nacionais e internacionais e constitui-se em importante fator para a produção de novas ferramentas bibliográficas. Porém, o acesso ao documento primário não se encontra na mesma situação, já que as pressões econômicas têm obrigado as bibliotecas a reduzirem suas aquisições.

Foi nesse estágio que o empréstimo interbibliotecário começou a adquirir maior importância, uma vez que a experiência tem indicado que a única solução plausível é a de uma determinada biblioteca apoiar-se nos recursos de outras (EVARISTO, 1982: 5).

Na década de 50, o empréstimo interbibliotecário foi definido por PENA (1957): 12) como "a transação mediante a qual as bibliotecas, dentro de certas restrições, emprestam entre si material bibliográfico para satisfazer o interesse de certos leitores, que, por diversos motivos, não podem

consultar diretamente as bibliotecas que possuam as obras de que necessitam para seus estudos e trabalhos".

Para ALLEN KENT e outros (apud MEDEIROS, 1978: 9), empréstimos entre bibliotecas "São transações nas quais materiais bibliográficos de uma biblioteca são acessíveis a outra, para uso particular".

Segundo Ronald E. **Baker** e Robert ESCARPIT "é um sistema que permite que livros e materiais impressos que não atraem a atenção do público de determinada biblioteca, sejam acessíveis a usuários externos que porventura tenham algum interesse nesses documentos" (MEDEIROS, 1978: 9), acrescentando: "o serviço de empréstimo-entre-bibliotecas tem por objetivo permitir que se obtenha em outras bibliotecas por via segura, rápida e econômica, as obras necessárias para certos trabalhos de pesquisa, que seja impossível encontrar na própria biblioteca".

Uma definição mais recente é dada por CAMPELLO (1986: 2) que entende a expressão empréstimo-entre-bibliotecas como "o ato de uma biblioteca ceder indiretamente a um indivíduo, através de outra biblioteca, materiais de seu acervo. Isso pode ser feito pelo empréstimo do próprio original ou de reprodução dele". Tal definição é abrangente ao ponto de incluir na transação também a comutação bibliográfica.

2.3 - Por quê?

Na literatura consultada as principais justificativas para a utilização desse tipo de serviço são: a explosão bibliográfica e a escassez de verbas para a aquisição de material por parte das bibliotecas. Além destas SOUTO (1987): 13) identificou a "complexidade de estudos especializados que requerem uma documentação mais ampla, o gosto cada vez mais difundido pela pesquisa, avanço científico e tecnológico, falhas de coleção; nenhuma biblioteca é auto-suficiente; o empréstimo é uma forma de se conseguir de maneira mais rápida e temporariamente, algo em que não consiste interesse definitivo por parte da instituição".

LINE (1981: 8) acrescenta: "o empréstimo interbibliotecário é geralmente muito barato se comparado com outros meios empregados para se conseguir materiais raramente usados".

Segundo Campello (1986 : 1) "somando-se a estes, tem-se o problema do espaço que afeta a maioria das bibliotecas", isto é, não interessa à biblioteca adquirir e conservar tudo mas, estrategicamente, recorrer a outras bibliotecas materiais de interesse mais circunstancial, economizando espaço, além de outros recursos.

2.4 - Para quê?

O empréstimo interbibliotecário é um mecanismo que proporciona aos cientistas, pesquisadores e técnicos o acesso à literatura primária, apesar das deficiências das coleções locais.

Para CAMPELLO (1986: 1) "o compartilhamento de recursos através do empréstimo-entre-bibliotecas torna-se indispensável se analisarmos as nossas limitações como país subdesenvolvido, e mesmo em países desenvolvidos, sem grandes problemas financeiros, há uma tendência de aumento da utilização desse tipo de recurso e uma preocupação em aprimorar seu desempenho".

Não há dúvidas de que o empréstimo-entre-bibliotecas tem se constituído na melhor maneira para uma economia de recursos financeiros; um maior universo de informação para o usuário; redução de tempo para se conseguir a obra; agilizar e compartilhar acervos e se obter material que por qualquer motivo não pode ser adquirido pela biblioteca" (SOUTO, 1987: 13).

Segundo NORTIER (1974): 11) "não é solução para todos os problemas que impedem o acesso ao documento. É uma resposta prática a uma necessidade".

2.5 - Empréstimo: cortesia ou direito?

O empréstimo-entre-bibliotecas visto pelo princípio de que a biblioteca deve fornecer ao usuário sempre que possível o material de que ele necessita, de que este é um serviço que depende da boa vontade e cortesia da biblioteca fornecedora, tende a perder essa imagem, pois em países democráticos e desenvolvidos o empréstimo surge como um direito do cidadão.

Nestes países a biblioteca tem a obrigação de localizar e obter o material solicitado pelo seu usuário, mesmo que este não faça parte de seu acervo (CAMPELLO, 1986: 2).

O empréstimo visto como uma cortesia citado em "Bases para um projeto de código de empréstimo-entre-bibliotecas" de Odete Pena, foi uma idéia muito difundida entre os profissionais da área de biblioteconomia em décadas passadas, e ainda encontra hoje alguns seguidores, que consideram o empréstimo não como uma obrigação e sim como gentileza e privilégio (SOUTO, 1987: 13).

Contudo, em seu estudo, CAMPELLO (1986: 1) observou que uma significativa porcentagem dos bibliotecários considera o empréstimo-entre-bibliotecas como uma "obrigação de fornecer a informação que pos-

INFOBILA

suem". Ao contrário, o aspecto "cortesia" teve um baixo índice, o que indica que os bibliotecários estão imbuídos do princípio do livre acesso à informação.

O princípio do livre acesso à informação é o elemento básico para a prática do empréstimo-entre-bibliotecas. A percepção disso por parte dos bibliotecários pode ser indício de uma conscientização quanto à necessidade de compartilhamento de recursos informacionais entre as bibliotecas de um país subdesenvolvido.

2.6 - Como?

Segundo LINE (1981) existem 4 modelos básicos de empréstimo entre bibliotecas:

MODELO A - Concentração em uma única biblioteca (Grã-Bretanha)

- Vantagens: soluciona o problema de saber a qual biblioteca encaminhar o pedido, evita o problema da dupla função (ou seja, atender usuários locais e externos), resolve os problemas de custos através de um sistema de cobranças (Modelo recomendado pela IFLA).

MODELO B - Concentração em poucas bibliotecas (Dinamarca).

MODELO C - Descentralização planejada (RFA).

- vantagens: pedidos feitos diretamente às bibliotecas que possuem o material, custos adicionais não são altos e recursos bibliográficos podem servir aos usuários no local e a nível nacional.

MODELO D - Descentralização não planejada, não há ligação formal; recursos divulgados por meio de catálogos coletivos (EUA).

- problema: falta de padronização nas transações, centralização aleatória dos pedidos.

No Brasil, EVARISTO (1982: 5), propõe para as monografias um sistema descentralizado, exceto as monografias nacionais,que seriam coletadas e supridas pela Biblioteca Nacional e o acesso através de Catálogo Coletivo.

O elemento mais importante no planejamento de um sistema de acesso ao documento é saber encontrar o ponto de equilíbrio de centralização e descentralização apropriado a cada país.

Para EVARISTO (1982: 5) "uma maneira racional de se identificar um ponto de equilíbrio para o Brasil, levando-se em consideração a provisão existente e as circunstâncias particulares do país, é analisar a provisão de acordo com a forma, idioma e assunto do documento".

2.6.1 - SISTEMA NACIONAL DE EMPRÉSTIMO

O planejamento de um sistema nacional terá de levar em consideração alguns fatores tais como: a extensão geográfica do país, a Constituição, o estágio e natureza do desenvolvimento, os níveis de educação e pesquisa, os sistemas de comunicação existentes de tecnologia (EVARISTO, 1982: 5).

LINE e VICKERS (1981: 8) propõem as diretrizes para a implantação deste sistema. Existem três critérios básicos pelos quais o serviço de empréstimo deve ser avaliado:

- Nível de satisfação
- Rapidez no atendimento
- Economia.

Estes podem diferir de acordo com o tipo de documento ou usuário. Porém deve-se procurar um equilíbrio ótimo entre estes e o sistema deve ser planejado de forma que, em casos especiais, um critério prevaleça sobre os demais. O problema deve ser analisado através de coleta de dados. Devem ser coletados dados sobre: volume de demanda, forma de documento, fonte de atendimento, nível de satisfação e rapidez no atendimento.

Um sistema de empréstimo interbibliotecário deve ser planejado para servir a todo tipo de biblioteca, pois sistemas separados duplicam esforços e podem aumentar os custos consideravelmente. Os sistemas devem ser planejados para prover informação sobre todos os assuntos e em todas as línguas.

Para o planejamento de sistemas de empréstimos interbibliotecários deve-se levar em conta os sistemas existentes em países vizinhos e outros.

O sistema nacional de empréstimo interbibliotecário deve ser capaz de propiciar acesso a todas as publicações de seu país, tanto no nível nacional como internacional.

Sistemas de empréstimo interbibliotecário devem ser planejados inicialmente para assegurar a acessibilidade a publicações impressas recentemente e depois melhorar a acessibilidade a material retrospectivo.

Um sistema nacional deve, na medida do possível, ser planejado para se compatibilizar com os sistemas de outros países, de modo a simplificar transações internacionais. Ainda que possuam estruturas diferentes os sistemas podem fazer uso de formulários e procedimentos que tornem mais fácil mandar pedidos não atendidos a nível nacional e internacional.

Um sistema de empréstimo-entre-bibliotecas é suplementar à aquisição a nível local, não uma alternativa. Por isso bibliotecas não devem pe-

dir emprestados itens a outras bibliotecas quando for mais econômico comprá-los.

Todo país desenvolvido deve visar a satisfazer pelo menos 70% da demanda de empréstimo interbibliotecário, preferivelmente 80%. Além disso, os pedidos devem ser atendidos rapidamente, mesmo os que resultarem negativos.

Todas as bibliotecas devem dar igual prioridade tanto aos pedidos que vêm através do empréstimo interbibliotecário quanto aos pedidos de empréstimo de usuário a nível local. Os pedidos devem passar pelo mínimo de canais possível, dando-se prioridade aos canais mais rápidos.

As rotinas devem ser tão simples e padronizadas quanto possível, planejadas para economizar tempo. Os formulários de pedidos devem ser padronizados, assim como outros formulários relacionados com o empréstimo.

A contabilidade deve ser simples, através de pagamento prévio, usando-se taxas fixas e tornando-se possível a compra antecipada de cupons ou depósitos em contas bancárias especiais. Deve-se encontrar um meio de se compensar as bibliotecas supridoras, pois isto as incentiva a oferecer um bom serviço.

Os catálogos coletivos devem ser reduzidos ao mínimo, assim como o número de bibliotecas incluídas. Os sistemas devem ser planejados levando-se em conta e fazendo-se uso dos sistemas de comunicação e transportes modernos.

Os sistemas devem poder comportar modificações. Adaptações tanto às novas formas de publicação (microfichas, revistas de sinopse, jornais eletrônicos) quanto à tecnologia da comunicação (transmissão fac-simile, tecnologia de vídeos, telecomunicação e tecnologia de computação). O sistema deve ser regularmente avaliado, para se detectar deficiências e estudar tendências.

2.6.2 – FORMALIZAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO-ENTRE-BIBLIOTECAS

A primeira idéia de empréstimo-entre-bibliotecas surgiu nos Estados Unidos em 1876 com a sugestão feita por Samuel Green, um dos fundadores da ALA (American Library Association). No início cada biblioteca estipulou seu próprio regulamento. Em 1917 o **Publication Board** da ALA pediu ao comitê de coordenação a elaboração de regras para a uniformização do processo de empréstimo, que foram aceitas durante vinte e três anos. Uma revisão deste código foi feita em 1940; apesar disso os bibliote-

cários da Califórnia propuseram a adoção de um formulário em quatro vias que foi aceito na convenção da ALA, em 1950. O código sofreu nova revisão em 1952. Em 1968, ainda era o código que se utilizava, com pequenas alterações feitas em 1957.

A utilização de políticas (expressas em códigos ou regulamentos), formulários próprios e catálogos coletivos no desempenho do serviço de empréstimo entre as bibliotecas é um procedimento sugerido na maioria dos trabalhos escritos sobre o assunto. São eles os instrumentos necessários para a formalização e racionalização do serviço (CAMPELLO, 1986: 1).

2.6.2.1 – POLÍTICAS

A literatura sobre políticas de empréstimo-entre-bibliotecas é escassa. Porém nota-se que muitas vezes as bibliotecas não as desenvolvem e, quando estas políticas existem, não são aplicadas na íntegra. No Brasil, não contamos ainda com um código aprovado para o empréstimo-entre-bibliotecas. No entanto, ele vem sendo realizado entre nós de modo não planificado. Alguns projetos para códigos já foram elaborados; a primeira tentativa de regulamento aconteceu em 1957, proposta por Odete PENA (videlibl.) e apresentada pela Associação Paulista de Bibliotecários como um "Anteprojeto de código brasileiro de empréstimo entre bibliotecas", em novembro de 1960. No Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em Curitiba, em 1961, foram discutidos os projetos de códigos existentes e mais tarde, em 1962, Alice GUARNIERI e Maria Antonieta FERRAZ publicaram o "Anteprojeto de código brasileiro de empréstimo entre bibliotecas". O trabalho "Empréstimo entre bibliotecas e código para as bibliotecas biomédicas do Estado de São Paulo", de Guiomar P. da Fonseca foi apresentado no V Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em 1967.

A falta de políticas explícitas de empréstimo-entre-bibliotecas é um ponto a merecer consideração, já que uma linha clara e objetiva de trabalho dos participantes é essencial em qualquer atividade cooperativa que envolva instituições com objetivos diferentes. Vê-se que uma regulamentação (organização, direção e funcionamento) desse serviço se faz necessária em face das sérias dificuldades encontradas na execução e aprimoramento dessa atividade (CAMPELLO), 1986:1).

Contudo, existem profissionais resistentes à formalização do serviço, como é o caso das bibliotecárias da Biblioteca Central da UNESP que propõem um programa de empréstimo que não seja baseado em normas e regulamentos, mas contando com a boa vontade dos bibliotecários. Alegam as justificativas mais freqüentes apresentadas nos regulamentos (SOUTO, 1987: 13)

A cooperação e boa vontade dos bibliotecários não podem ser a única base para a eficiência do sistema, pois se não houver o mínimo de estruturação, o serviço estará comprometido.

Ainda que falte muita coisa para ser feita para o planejamento ideal de sistemas de empréstimo interbibliotecário e ainda que, de qualquer forma, os sistemas vão diferir de acordo com necessidades e circunstâncias locais, a experiência acumulada sugere um número de diretrizes que provavelmente, serão válidas para a grande maioria dos países(ver item 6.1).

2.6.2.2 - FORMULÁRIOS

A utilização de formulários próprios para empréstimo entre bibliotecas é visto como uma forma de simplificar os procedimentos, principalmente se esses forem padronizados (CAMPELLO, 1986). Segundo CHASTINET e FONSECA (1979: 4) "a multiplicidade de formulários de solicitação de cópias dificulta as operações de serviço" (obviamente a duplicidade de formulários de pedidos de empréstimos de originais também).

2.6.2.3 - CATÁLOGOS COLETIVOS

Como é sabido, para a eficaz implantação do empréstimo interbibliotecário é indispensável contar-se com catálogos coletivos, a fim de que se possa conhecer o acervo bibliográfico de cada biblioteca, para localização das obras de que se necessita.

Estudos realizados em alguns países provam que o sucesso dos pedidos é significativamente maior quando estes são localizados através de catálogos coletivos; a falta deste tipo de instrumento diminui a eficiência do serviço e seu uso (CAMPELLO, 1986: 2).

Segundo MONTE-MOR (1979:10),"deve haver uma compatibilidade dos sistemas usados pelas bibliotecas universitárias, pois se as universidades começarem a usar um sistema compatível com o CALCO, as fitas magnéticas poderão ser trocadas e rapidamente se terá um catálogo coletivo nacional e vários bancos de dados".

2.7 – PROBLEMAS

Segundo alguns autores, entre os quais encontra-se CAMPELLO (1985: 1),os problemas têm dois pontos de enfoque diferente: o do fornecedor e o do solicitante.

Dificuldades encontradas pelos bibliotecários como fornecedores de empréstimo entre bibliotecas:

– citações bibliográficas incompletas,
– falta de pessoal para atendimento,
– segurança do material emprestado,
– dificuldade para reprodução do material (no caso da comutação),
– problemas com a administração superior,
– direitos autorais.

Dificuldades encontradas pelos bibliotecários como solicitantes do serviço de empréstimo-entre-bibliotecas:

- comunicação e transporte,
- falta de instrumentos bibliográficos,
- coleções deficientes,
- demora no recebimento,
- falta de um órgão coordenador,
- falta de diretrizes formais,
- falta de interesse/cooperação dos bibliotecários,
- problemas com o pagamento do serviço.

Dentre os problemas devem ser ressaltados:

- As atitudes arraigadas dos bibliotecários, que são uma grande barreira à cooperação. Estas atitudes devem portanto se modificar à medida que a biblioteca passa da isolada para um sistema com maior grau de interação.

- questão de pagamento, que divide as opiniões. De um lado os que são favoráveis a um serviço gratuito, pois vêm o risco da informação transformar-se em monopólio, acessível apenas aos que puderem pagar por ela. Há os que pensam que é necessário haver um pagamento pelo serviço, pois este necessita de recursos para seu funcionamento e até mesmo para assegurar um serviço eficiente.

- a informalidade, dado que poucos países possuem um sistema formal de empréstimo-entre-bibliotecas, não existindo uma estrutura, nem planejamento específicos.

2.8 - CONCLUSÃO

A falta de infra-estrutura é um empecilho para o bom funcionamento do empréstimo-entre-bibliotecas no Brasil, ocasionando um serviço feito à base da informalidade, da boa vontade, quase sempre a nível local ou institucional.

O Brasil precisa criar uma comissão para elaborar um documento formal, pois esta última tentativa de regulamentação foi feita no final da década de 60.

A criação de uma política clara e precisa definirá: o modelo de empréstimo interbibliotecário a ser adotado pelo Brasil; tipo de material a ser emprestado; tipo de bibliotecas participantes; papel das bibliotecas fornecedoras e solicitantes. Além disso, afirmará o princípio do livre acesso ao documento que deixará de ser uma cortesia para se tornar um direito.

(Documento elaborado com a colaboração dos assistentes – alunos de Biblioteconomia da Universidade de Brasília – Daniel Alvarado e Márcia Martins).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - CAMPELLO, Bernadete Santos. Empréstimo entre bibliotecas: situação nas bibliotecas especializadas e universitárias de Belo Horizonte. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 14 (1): 1-36, mar. 1985.

2 - CAMPELLO, Bernadete Santos. Empréstimo entre bibliotecas. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 15 (1): 7-34, mar. 1986.

3 - CESAR, Maria Cristina Gontijo. Empréstimo entre bibliotecas universitárias. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, 1968. 33.p.

4 - CHASTINET, Yone & FONSECA, Ana Flávia. Acesso à documentação primária agrícola no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Biblioteco-

nomia e Documentação, 10, Curitiba, 1979. **Anais** . Curitiba, Associação dos Bibliotecários do Paraná, 1979 v. 2

5 - EVARISTO, Márcia de F. Sistemas nacionais de acesso ao documento: um modelo para o Brasil. **R. Bibliotecon. Brasília** 10 (1): 19-32, jan./jun. 1982.

6 - FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS. Empréstimo internacional: princípios e diretrizes para sua realização. **R. Bras. Bibliotecon. Doc.**, 12 (1/2): 101-108, jan./jun. 1979.

7 - GUARNIERI, Alice C. & FERRAZ, M. A. Anteprojeto de código brasileiro de empréstimo-entre-bibliotecas. **FEBAB Boletim Informativo**, São Paulo, 5 (3/4): 36-8, mar./abr. 1962.

8 - LINE, Maurice & VICKERS, Stephen. Diretrizes para sistemas nacionais de empréstimo interbibliotecário. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, 10 (1): 13-26, mar. 1981.

9 - MEDEIROS, Aline. **O empréstimo entre bibliotecas no grupo de trabalho em documentação agrícola do estado do Paraná.** Curitiba, Universidade do Paraná, 1978.

10 - MONTER-MOR, Janice. Cooperação entre biblioteca nacional e as bibliotecas universitárias. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. Niterói, 1978. **Anais.** Niterói, UFF–NDC, 1979. p. 163-174.

11 - NORTIER, M. Préstamos entre bibliotecas: algunos problemas y sus posibles soluciones. **B. UNESCO,** Paris, 28 (2): 71-77, mar./abr. 1974.

12 - PENA, Odete O. Empréstimo entre bibliotecas. **IBBD Bol. Informativo,** Rio de Janeiro, 3 (5/6), set./dez. 1957.

13 - SOUTO, M. Constância. Empréstimo não-oficial entre as bibliotecas universitárias. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 5, Porto Alegre, 1987. **Anais.** Porto Alegre, UFRGS-Biblioteca Central, MEC–SESU, 1987. P. 603-614.

. permite adequar uma biblioteca para o atendimento prioritário e rápido de determinados tipos de materiais;

. os custos diretos do atendimento específico do serviço são claramente identificados e considerados relativamente mais baixos se comparados com os dos demais modelos;

. é relativamente de baixo custo para as bibliotecas e seus usuários utilizarem;

. resulta mais simples em termos operacionais, porquanto os demais modelos devem ajustar-se às especificidades de mais de uma biblioteca atendente;

. torna-se mais econômica se a demanda for concentrada em um universo limitado de literatura (sobre uma coleção básica de periódicos, por exemplo).

"Os sistemas nacionais de empréstimo interbibliotecário baseados numa coleção central única, quando eficientemente planejados e administrados, oferecerão serviços melhores, em termo de nível de satisfação e rapidez de atendimento, do que os sistemas descentralizados baseados nos recursos de várias bibliotecas", garante LINE et allii (1980).

É importante, no entanto, frisar que estas vantagens são quase que exclusivamente da BLDSC, que é praticamente o único exemplo do modelo A, cujas estatísticas são as mais conhecidas e de onde provém a grande parte da literatura conhecida sobre o particular. Lamentavelmente, as vantagens defendidas pelos organizadores da BLLD necessitariam de estudos mais aprofundados para julgar a sua real conveniência e produtividade relativa.

Concluindo, os sistemas centralizados podem atingir um ritmo de atendimento mais rápido graças à existência de uma coleção central, onde todas as operações e seus procedimentos são exclusivos para o empréstimo e a comutação bibliográfica. Esse princípio, é óbvio, é sobretudo válido se essa coleção for mantida **exclusivamente** para o atendimento, como é o caso único da BLDCS. Haveria que avaliar a performance de uma biblioteca de grande porte escolhida para prestar um atendimento central a nível nacional e internacional, mantendo ativos os seus serviços ordinários e locais de referência, empréstimo e consulta, dentre outros, porquanto a literatura consultada é omissa sobre a problemática.

3 - MODELOS DE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE ACESSO AO DOCUMENTO PRIMÁRIO

A experiência internacional registra uma infinidade de modelos de organização das estruturas de sistemas e serviços de acesso ao documento primário, compreendendo tanto o empréstimo como a comutação bibliográfica. Por razões didáticas, LINE e seus seguidores propõem os seguintes modelos básicos, a saber:

Modelo A : CENTRALIZADO
Modelo B : SEMICENTRALIZADO
Modelo C : SEMIDESCENTRALIZADO
Modelo D : DESCENTRALIZADO

Obviamente, existem vários modelos intermediários, alternativos, mistos, híbridos, adaptados às diversas circunstâncias de sua localização e funcionamento, mas, no presente estudo, serão descritas apenas as características e as vantagens e desvantagens dos modelos **puros** classificados acima.

3.1 - Modelo A : CENTRALIZADO

O modelo centralizado de organização de um sistema de acesso ao documento primário pressupõe a utilização de uma biblioteca ou núcleo central exclusivamente dedicada à prestação do serviço aos usuários, em escala nacional ou regional.

A utilização de uma biblioteca nacional como base para a criação de um sistema centralizado de comutação documental pode ser uma opção válida, desde que cuidadosamente planejada, para evitar os inevitáveis conflitos de função, para minimizar os riscos de que o serviço não fique prejudicado pela concorrência e pressão dos serviços **in loco**. Para escapar do problema foi que os ingleses, ao criarem o seu sistema centralizado

– a **British Library Lending Division – BLLD**, hoje **British Library Document Supply Center – BLDSC**–, optaram por um centro exclusivo de atendimento ao público externo, sem o acesso direto do público às estantes ou à consulta no local. A situação da BLDCS é ideal, na medida em que ela foi desmembrada fisicamente da **British Library** para o serviço de **"interlibrary loan"**, exemplo único no mundo.

A utilização de uma biblioteca nacional pode ser adequada, principalmente quanto ao empréstimo e reprografia baseados na literatura nacional, seja ela geral ou especializada.

Via de regra, as bibliotecas nacionais especializadas costumam converter-se, invariavelmente, em centros provedores de fotocópias de seu acervo e, eventualmente, de empréstimos de suas coleções centrais.

A configuração gráfica do modelo, conforme a proposta de NOCETTI (1982:140), é a seguinte:

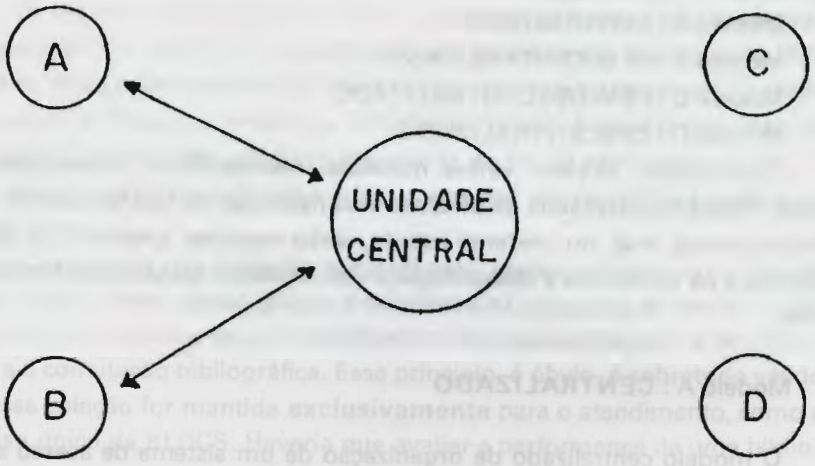

FIG 1: Sistema centralizado de comutação bibliográfica/empréstimo-entre-bibliotecas

3.1.1 - Vantagens dos sistemas centralizados

As principais vantagens dos sistemas centralizados apontadas pela literatura são as seguintes:

. oferece aos usuários um canal principal para o direcionamento da maioria das solicitações;

. permite identificar a demanda nacional com maior precisão;

. garante o atendimento de materiais não-convencionais com maior facilidade;

. o atendimento da literatura nacional fica facilitado pela sua centralização;

. favorece a criação de uma coleção central exclusiva, na medida em que o volume de uso a justifica; ou

3.1.2 - **Desvantagens dos sistemas centralizados**

As principais desvantagens dos sistemas centralizados seriam as seguintes, conforme a literatura consultada:

. custos elevados para a implantação e manutenção de coleções centrais exclusivas para o atendimento sob demanda externa;

. custos unitários muito elevados **se** a demanda não for grande;

. incerteza quanto às possibilidades de financiamento permanente por parte de governos e organizações;

. perigos quanto a danos na coleção central (incêndios, guerras, greves prolongadas, acidentes, etc);

. riscos naturais e próprios de todo tipo de manopólio;

. eventual subestimação da demanda não prioritária.

Uma biblioteca nacional com a função precípua de centralizar todo o suprimento de fotocópias, microformas, empréstimos, etc, e com a responsabilidade total de adquirir toda obra existente é uma utopia, seja porque nem todas as obras são adquiríveis (sobretudo as antigas), seja porque é impossível dispor de um controle bibliográfico mundial eficiente para essa finalidade.

O sucesso de uma biblioteca central desse tipo se baseia na capacidade de antever as necessidades potenciais e prováveis de seus usuários, dentro de certos critérios de seletividade e oportunidade.

Razões de custo e prestígio acabam forçando a aquisição de material mais convencional e corrente, de maior probabilidade de uso imediato, isto é, através da seleção de itens de maior freqüência nos acervos de outras bibliotecas do país.

Razões de **custo-benefício** e de **satisfação de usuários** farão com que o seu acervo seja altamente competitivo e repetitivo com o conteúdo dos acervos de outras grandes bibliotecas, tendo que recorrer a estas quando os pedidos dos usuários se referirem a itens bibliográficos de menor demanda...

O crescimento acelerado de uma super coleção central do tipo BLDCS pode levar a custos elevados com novas construções, com armazenamento, manuseio, conservação, etc. Quanto maior for a coleção, tanto maiores serão os custos de operacionalização, elevando-se, conseqüentemente, o custo unitário do atendimento.

Em uma primeira etapa será possível visibilizar grandes vantagens quanto à comodidade e rapidez no atendimento ao público, graças ao seu centralismo simplificador dos pedidos; a longo prazo, dois fatores podem vir a acarretar demoras nos serviços:

a) a grande **demanda concentrada** sobre poucos ou únicos exemplares de um núcleo prioritário de literatura (principalmente quando se faz também empréstimo; e

b) a expansão muito grande do acervo que acaba por exigir esforço crescente nos processos de organização e atendimento.

Um grande acervo, à medida que cresce, vai diminuindo o seu percentual relativo de rotatividade e aumentando, conseqüentemente, os seus custos operacionais e a justificação de novos recursos suplementares.

Para LINE & KEFFORD (1982: 1), a viabilidade econômica de um sistema centralizado depende consideravelmente do grau de concentração da demanda sobre um espectro limitado da literatura, ou seja, quanto mais desconcentrada e diversificada for a demanda, mais caro se tornará o atendimento. Para os mesmos autores, os custos unitários são sempre muito elevados e eles consideram 1 (um) milhão de pedidos por ano o mínimo justificável para um sistema e, logicamente, quanto maior for a demanda, mais justificável o serviço.

Se a tendência, aparentemente irreversível, for a da descentralização operacional, os sistemas do tipo BLDCS enfrentarão crescentes problemas para manter os seus níveis de excelência na prestação de serviços, na proporção exata e as exigências dos usuários são cada vez maiores devido às novas oportunidades tecnológicas.

E cabe ainda ressaltar, como se veicula mais acima, a extrema vulnerabilidade de uma coleção central aos incêndios, a problemas climáticos,

INFOBILA

sísmicos, a convulsões sociais, a greves, a dificuldades operacionais, cortes no fornecimento de luz, interrupção de serviços postais, telefônicos, a guerras e revoluções e a mudanças de orientação de governos e de autoridades nas instituições mantenedoras.

Países de pouca estabilidade política ficam extremamente vulneráveis quanto à questão incontornável da descontinuidade administrativa em seus serviços básicos, sobretudo quando eles são rotineiros freqüentes, têm custos ascendentes e representam esforços de administrações anteriores...

Os avanços e recuos na organização de grandes coleções centralizadas, como as do antigo IBBD, da BINAGRI e da BICENGE, ilustram muito bem a problemática. Apesar dos esforços de seus idealizadores, a coleção do IBBD foi loteada entre várias instituições; a da BINAGRI perdeu o seu prédio e não vem crescendo como nos tempos dos convênios internacionais de sua implantação, e a BICENGE mudou da pretensão original de vir a ser uma biblioteca central de Engenharia para, estrategicamente, propor-se como serviço complementar interbibliotecário.

3.1.3 – Comentários à guisa de conclusão

"Até há pouco tempo havia a idéia de que o sistema centralizado era a melhor forma de cooperação. Os rápidos câmbios tecnológicos puseram em dúvida o futuro de tais sistemas. As bases de dados centralizadas, as quais surgiram na década de setenta, estão sofrendo estas mudanças"(WETHERBEE) 1984: 169).

A evolução de pequenos computadores a baixos preços, ligada ao aumento do custo das telecomunicações, são os fatores predominantes que levam à atual tendência de rechaço aos sistemas centralizados, conforme a opinião da autora citada acima. Ela indica três (3) fatores determinantes para a fragmentação dos sistemas centralizados:

1) Os custos das telecomunicações que estariam aumentando, ao contrário da opinião de outros autores.

Durante os anos em que vigoraram preços uniformes houve a proliferação de uso de bases de dados localizados em grandes computadores remotos, via telecomunicações, possibilitando o compartilhamento equitativo dos custos entre as bibliotecas. A situação agora é outra.

2) A queda do monopólio de telefones nos USA que, em princípio, viria facilitar a redução dos custos a partir da concorrência mas que até agora, em verdade, redundou em aumento das tarifas.

3) O número de sistemas automatizados para bibliotecas está aumentando rapidamente. Até recentemente, uma biblioteca que pretendesse utilizar o computador tinha poucos.

3.2 – MODELO B: SEMICENTRALIZADO

A decisão em torno do Modelo B – em que o atendimento se baseia em poucas mas bem estruturadas bibliotecas preexistentes à montagem do sistema semicentralizado – sempre se coloca como uma estratégia de planejamento, no sentido de objetivar a racionalização e maximização do uso dos recursos existentes nas bibliotecas-base.

De acordo com LINE e seus colaboradores, o modelo B se assemelha muito ao modelo A, com a diferença de que ele deliberadamente se baseia no acervo e na prestação de serviços em duas ou três das maiores e já existentes bibliotecas do país, quando de seu planejamento e início de funcionamento.Obviamente, tais bibliotecas escolhidas são as que reúnem os melhores requisitos básicos quanto à completeza e cobertura temática de acervos, infraestrutura para o atendimento e pessoal qualificado para as funções de liderança e administração.

Em suma, o modelo propõe a criação de um **pool** de bibliotecas, em número reduzido, escolhidas dentre as mais completas em termos de acervo e equipamentos, como bases para o atendimento às demais bibliotecas participantes da rede.

Segundo NOCETTI (1982), o modelo poderia ser representado graficamente da seguinte forma:

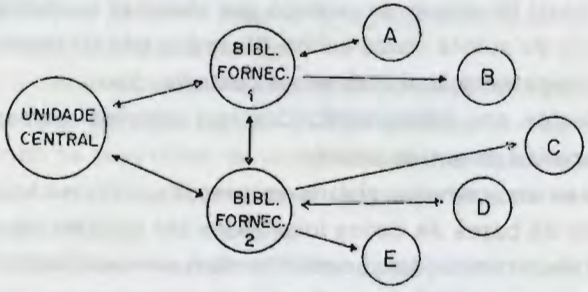

FIGURA 2 Sistema semicentralizado de acesso ao documento.

O modelo aqui representado parece ser a solução mais rápida de todas, porquanto de mais simples aplicação, pois é sempre mais factível a união de duas ou três bibliotecas em torno de um plano de ação do que, como no caso da centralização absoluta ou da descentralização, montar uma grande coleção central ou negociar o serviço com um elenco de muitas bibliotecas, cujos procedimentos, recursos e motivações costumam ser dissímeis e até inconciliáveis.

As rotinas e os procedimentos das bibliotecas terão que ser necessariamente padronizados para o novo serviço, impondo-se também um estudo de complementaridade de acervo, o que pode resultar em algum compromisso de seleção coordenada e aquisição cooperativa.

Presume-se que os custos operacionais próprios do serviço terão que ser cobertos, seja pelos usuários, seja por organizações nacionais e internacionais, seja pela combinação de ambas as fontes de financiamento, como em qualquer modelo de comutação.

Dentre as formas de financiamento que não são exclusivas do presente modelo –; estão as verbas próprias de governo, a cobrança do serviço item por item, a assinatura anual do serviço pelas bibliotecas solicitantes ou a combinação dos métodos referidos.

O planejamento vai exigir um alto grau de centralização e sua execução também vai requerer a intermediação de um órgão coordenador e supervisor, sendo pouco provável que uma das bibliotecas possa exercer tal função sem provocar ressentimentos nas demais.

Não existem exemplos concretos de sistemas que tenham deliberadamente sido organizados segundo os princípios do modelo puro de semicentralização. A Dinamarca, no entanto, pelo fato de basear os seus serviços em um número muito limitado de bibliotecas, embora sem uma formalização legal, tem o sistema nacional que mais se assemelha ao referido modelo.

3.2.1 – Vantagens e desvantagens

Como o serviço dinamarquês não constitui propriamente um sistema estruturado, decidimos excluir o presente modelo de nosso estudo presente, optando pela análise apenas de sistemas efetivamente estruturados.

Outrossim, não existem experiências nem comentários na literatura consultada sobre as vantagens do presente modelo. À primeira vista, no entanto, pode-se inferir por comparação com o modelo precedente –; que

ele tem menos desvantagens do que aquelas apontadas, pois não necessita de grande volume de recursos para sua implantação, está menos sujeito às descontinuidades de financiamento, aos cataclismos, etc. Deve ser o modelo ideal para um país onde existir um pequeno, mas excelente número de bibliotecas dispostas ao trabalho cooperativo.

3.3 – MODELO C: SEMIDESCENTRALIZADO

Na categorização do modelo semidescentralizado, leva-se em consideração a participação de um número considerável de grandes e médias bibliotecas, detentoras das melhores coleções e das melhores condições para o atendimento em escala nacional, sob a égide coordenadora de um sistema centralizado, com o adequado planejamento, financiamento e supervisão, sob a responsabilidade do próprio governo ou de alguma instituição com projeção nacional ou regional.

Em verdade, as bibliotecas que adquiriram o **status** de fornecedoras de serviços de empréstimos e comutação foram escolhidas em função da riqueza de seus acervos e graças à excelência ou notoriedade de seus serviços, continuando a prestar atenção prioritária a seus usuários intramuros, mas contraindo novas responsabilidades para fornecer serviços a outras bibliotecas e usuários extramuros.

Geralmente, as bibliotecas escolhidas têm coleções voltadas para áreas específicas do conhecimento, para determinados tipos de materiais ou para públicos mais específicos e a sua participação favorece a interdisciplinaridade do intercâmbio em próprio benefício e de seus usuários. Ao abrir os seus serviços para o público externo, também garante a ampliação das chances de conseguir uma literatura mais exaustiva para seus próprios usuários nos temas de sua especialidade, assim como de obter materiais diversos ou temas periféricos, alheios à sua política de aquisição.

A configuração exemplar do modelo, segundo NOCETTI, é a seguinte:

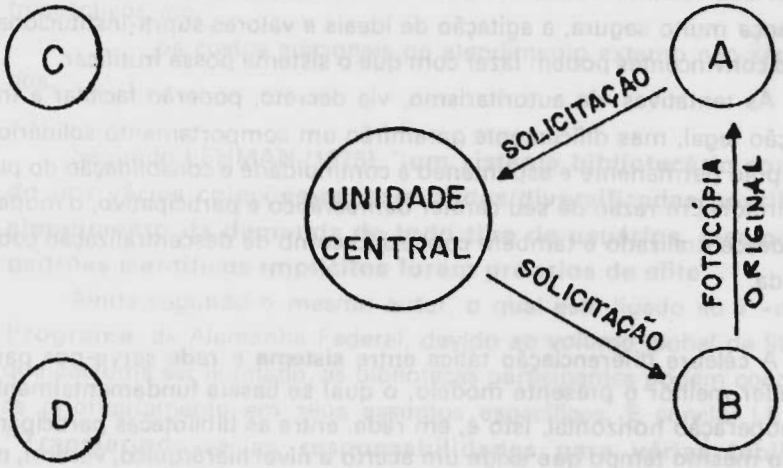

Fig. 3 Fase semidescentralizada de um sistema de comutação bibliográfica.

O exemplo mais cabal de organização do modelo C na prática é o da República Federal Alemã, que será analisado em detalhe no presente estudo.

O modelo brasileiro do Programa COMUT, com características bem diferenciadas, é outro exemplo característico a ser desenvolvido mais adiante.

A característica básica do modelo C encontra-se na conjugação de esforços de um número determinado de bibliotecas, escolhidas dentre as de melhor acervo e infra-estrutura. A duplicidade de acervo pode apresentar-se até como uma vantagem funcional, já que os usuários poderão beneficiar-se de mais de uma fonte provedora, segundo as conveniências de localização, contatos pessoais, confiabilidade e, principalmente, como uma segunda ou terceira tentativa nos casos de fracasso nas primeiras buscas.

Obviamente, negociações prévias e as acomodações funcionogrâmicas e metodológicas, assim como os acertos legais, exigem maior atenção. Exigem também levantamentos exaustivos de acervos e condições de serviços, testes prévios de operacionalização em rede e até simulações para

minimizar os inevitáveis conflitos, desacertos e contradições. O acomodamento técnico e político dessas variáveis e variações em um plano único requer boa vontade e mesmo sacrifício de todas as partes, e somente uma liderança muito segura, a agitação de ideais e valores supra-institucionais muito convincentes podem fazer com que o sistema possa frutificar.

As tentativas via autoritarismo, via decreto, poderão facilitar a tramitação legal, mas dificilmente garantirão um comportamento solidário e um apoio permanente e espontâneo à continuidade e consolidação do plano-diretor. Em razão de seu caráter democrático e participativo, o modelo semidescentralizado é também conhecido como de descentralização coordenada.

A célebre diferenciação tática entre **sistema** e **rede** serve-nos para entender melhor o presente modelo, o qual se baseia fundamentalmente na cooperação horizontal, isto é, em rede, entre as bibliotecas participantes, ao mesmo tempo que exige um acerto a nível hierárquico, vertical, no sentido da sistematização da própria rede. Em outras palavras, para a efetiva institucionalização da rede, faz-se necessária a criação de um sistema, de um núcleo coordenador e supervisor do conjunto, agindo de forma consensual e responsável. E a forma **responsável** mais eficiente que se conhece em termos de descentralização está na arbitragem de conflitos pelos colegiados consultivos e executivos, onde as partes estão legitimamente representadas. Uma vez negociadas as soluções de compromisso, elas terão que ser, obviamente, respeitadas por todos, até nova decisão colegiada.

Na mesma proporção em que se descentraliza a ação que é desempenhada pelas bibliotecas-base-, se necessita de um órgão central de coordenação para supervisionar, medir, cobrar e avaliar permanentemente as ações descentralizadas.

Certamente que uma estrutura como essa oferece muitas vantagens e desvantagens a seu planejamento e execução.

3.3.1 - Vantagens dos sistemas semidescentralizados

As principais vantagens apontadas pela literatura são as seguintes:

. a possibilidade de direcionar a maioria dos pedidos para as bibliotecas especializadas;

. as coleções podem ser desenvolvidas mediante esquemas cooperativos, os quais podem levar algumas bibliotecas a se responsabilizarem pela aquisição de materiais especializados, especiais, estrangeiros, retrospectivos, etc;

. os custos adicionais de atendimento externo não são elevados.

Segundo LEHMAN (1978), **"um sistema bibliotecário constituído por várias coleções especializadas/diversificadas possibilita o atendimento da demanda de todo tipo de usuários, mesmo se os padrões científicos implícitos forem próprios de elite".**

Ainda segundo o mesmo autor, o qual está ligado ao **I -und-D-Programa**, da Alemanha Federal, devido ao volume global de literatura que costuma ser ilimitado, as bibliotecas participantes podem concentrar-se prioritariamente em seus assuntos específicos. E conclui LEHMAN: **"Transferindo-se as responsabilidades para várias bibliotecas quanto ao esforço de aquisição de acervos, é possível ampliar o potencial de uso e minimizar os riscos".**

3.3.2 - Desvantagens dos Sistemas Semidescentralizados

Pode-se inferir, pela consulta à literatura especializada, que as principais desvantagens são as seguintes:

. o custo total do sistema é elevado, por causa da duplicação de acervos e serviços;

. problemas e conflitos costumam ocorrer entre as prioridades internas e externas das bibliotecas, em detrimento da qualidade do serviço;

. adaptações significativas terão que ser feitas nos serviços locais, para um atendimento razoável;

. os esquemas de aquisição cooperativa dificilmente conciliam os interesses internos e externos das bibliotecas, dificultando sua adoção sistemática.

3.3.3 - Considerações Gerais

Os sistemas semidescentralizados costumam constituir-se no modelo por excelência para países sem grandes recursos para a montagem de infra-estruturas, como é o caso das nações em desenvolvimento.

O modelo vem sendo ostensivamente criticado pelos profissionais da informação de países mais desenvolvidos, em virtude de sua excessiva dependência aos esquemas cooperativos e solidários, que não costumam manter-se permanentemente, assim como exigem um alto nível de liderança, além de um acompanhamento muito personalizado das relações intersistêmicas. No entanto,tais problemas vêm sendo parcialmente contornados mediante um planejamento e administração mais científicos e pela adoção progressiva de novas e mais eficientes tecnologias.

Cercado de ceticismo, a princípio, o modelo, porém, vem se impondo na experiência internacional, provocando revisão de opinião dos mais céticos e chegando até a merecer um estudo pela UNESCO, para determinar a sua adoção pelos países do Terceiro Mundo que ainda não têm seus esquemas de intercâmbio desenvolvidos.

A contribuição brasileira, através, principalmente, do COMUT, assim como a sua emulação em países sul-americanos, será estudada amplamente na presente tese, para resgatar não apenas a sua singularidade, mas sobretudo, a universalidade da proposta.

3.4 - MODELO D : DESCENTRALIZAÇÃO

A descentralização absoluta não constitui, em verdade, propriamente um modelo ou sistema. Ao contrário, coloca-se como o antimodelo por excelência.

Comutação bibliográfica na base estritamente espontânea, assistemática, aleatória, sem controle e supervisão, não pode ser rotulada como comutação propriamente dita, pois esta pressupõe a montagem e uma infra-estrutura lógica de repasse, de comutação.

Na prática, no entanto, as bibliotecas se inter-relacionam conforme as necessidades de atendimento aos pedidos de seus usuários, e verdadeiras **redes de informação** se consolidam na tentativa de mutualidade na prestação de serviços. Um **sistema** como tal pode funcionar razoavelmente bem, embora não muito satisfatoriamente, mas, à medida que cresce, crescem também as suas dificuldades.Resulta inconveniente para uma biblioteca atender a pedidos de outras bibliotecas em bases e condições diferentes, pois isso acarreta um esforço administrativo muito diversificado e oneroso.

Alguns serviços de comutação totalmente descentralizados foram montados em diversos países – inclusive no Brasil, no IBBD –, em caráter pioneiro e experimental, a partir da utilização de catálogos coletivos.

A evolução desses sistemas informais para sistemas estruturados do tipo **semicentralizado** é tendência natural. Paradoxalmente, redes como NELINET e OCLC, baseadas primordialmente na catalogação cooperativa e na formação de catálogos coletivos em linha, vêm praticando este último modelo de descentralização absoluta, graças aos mecanismos tecnológicos de que dispõem. Apesar disso, é facil prever que essas redes evoluirão para uma solução de consenso nas formas e normas de contabilização e pagamento de serviços para baratear e agilizar os seus atuais procedimentos.

Ainda de acordo com o modelo projetado por NOCETTI, ele pode ser representado da seguinte forma:.

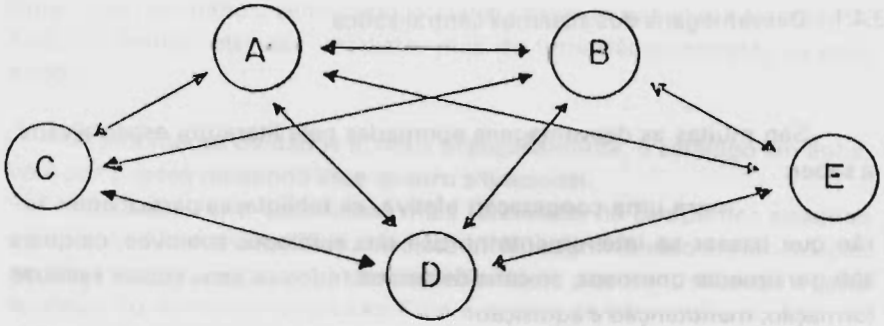

Fig. 4 - Fase descentralizada de um sistema de comutação bibliográfica/empréstimo-entre-bibliotecas

Vantagens dos sistemas centralizados de acesso ao documento primário.

Resulta difícil divisar substantivas vantagens para o **sistema** descentralizado, a menos que ele, atingido um grau elevado de organização e sistematização, a partir de uma unidade central coordenadora, como é o

caso da rede OCLC, dos Estados Unidos, e se, como no caso citado, existirem recursos tecnológicos e econômicos que superem as desvantagens inerentes ao modelo.

A literatura consultada não registra grandes vantagens. A maioria das vantagens enumeradas a seguir são deduções lógicas que fizemos a partir de reflexões pessoais:

. é possível utilizar-se dos serviços de outras bibliotecas segundo condições e normas próprias, assentadas pelas partes convenentes, enquanto os sistemas mais estruturados impõem normas-padrão mais ou menos flexíveis;

. é possível atrair um maior número de bibliotecas para o sistema cooperativo e;

. conseqüentemente, ampliar o universo de acervo a ser compartilhado, ou seja, ampliar a capacidade de atendimento.

3.4.1 - Desvantagens dos sistemas centralizados

São muitas as desvantagens apontadas pela literatura especializada, a saber:

. para uma cooperação efetiva, as bibliotecas participantes terão que basear-se inteiramente no uso dos catálogos coletivos, os quais são geralmente onerosos, se considerarmos todos os seus custos reais de formação, manutenção e aquisição:

. necessidade de manutenção de catálogos coletivos muito atualizados e acessíveis, sem os quais o **sistema** descentralizado não pode funcionar com um mínimo de garantias;

. o manuseio do(s) catálogos(s) coletivo(s) é sempre complexo e trabalhoso, assim como a sua atualização. Se são manuais, impressos ou microfilmados, eles raramente estão em dia, não acompanhando eficazmente as novas aquisições, descartes e extravios do acervo:

. os catálogos coletivos dependem excessivamente de cooperação voluntária, que raramente atinge um grau ótimo de performance, mesmo quando sua utilidade e intensidade de uso motivem sua atualização permanente;

. as bibliotecas atendentes não põem suficiente prioridade no atendimento de pedidos externos, salvo em casos excepcionais;

. depende excessivamente da boa vontade de pessoas e de organização, o que resulta difícil manter os sistemas por tempo indeterminado,

. a primeiríssima prioridade da biblioteca é o atendimento de seu público, de forma que os materiais demandados nem sempre estarão disponíveis para empréstimo interbibliotecário ou para cópia por comutação.

. na opção pela total descentralização, fica-se na total dependência de documentos adquiridos por uma ou mais bibliotecas, o que pode ampliar as chances de obtenção, mas à inversa, também pode ser que nenhuma o tenha adquirido;

. a solução remediadora de tentar cobrir os vazios através da aquisição cooperativa, pode resultar em dificuldades, perda de tempo ou insucesso, na medida em que depende muito de liderança, negociação, boa vontade e conscientização. Isso ocorre principalmente quando as bibliotecas não dispõem de recursos financeiros suficientes para comprar seus itens prioritários, sendo pouco realista esperar que elas adquiram títulos de menor interesse imediato, mas de importância estratégica para a rede.

A automação de dados e, mais avançadamente, o catálogo em linha, vêm aos poucos mudando esse quadro situacional.

Nos anos 70, o especialista mais renomado no campo dos sistemas de intercâmbio documentário, Maurice LINE, esgrimia essa argumentação negativa contra os sistemas descentralizados e semicentralizados e fazia apologia do sistema centralizado. Com o avanço da automação no setor da catalogação cooperativa e do empréstimo interbibliotecário, a confiabilidade e utilidade dos sistemas descentralizados vêm se consolidando como uma tendência irreversível.

3.4.2 - Considerações a nível de conclusão

Como vaticina EVARISTO (1981: 84), **"resulta difícil para as bibliotecas engrenarem seus sistemas no sentido tanto do atendimento eficaz a nível local, quanto no atendimento eficaz de pedidos oriundos de outras bibliotecas".**

Em outras palavras, a tendência parece ser sempre no sentido de favorecer ou priorizar o atendimento ao usuário externo, que fica na dependência de uma oportunidade.

Como, via de regra, a maioria dos pedidos externos se refere a materiais bibliográficos convencionais, e como eles são também os mais solicitados igualmente a nível local, a probabilidade de eles estarem emprestados é sempre alta.

Em resumo, os sistemas totalmente descentralizados são muito onerosos, com um percentual elevado de imponderabilidade no seu funcionamento e, em conseqüência, têm um alto risco de levarem a frustrações nas solicitações e a serem lentos.

Como concluíram LINE, LEMOS, VICKERS e SMITH (1978), tais sistemas exigem muito esforço administrativo para sua utilização, embora os progressos tecnológicos mais recentes no campo dos registros bibliográficos automatizados, das telecomunicações, assim como da normalização e da aquisição cooperativa, derivada espontaneamente mediante a interação em linha com os catálogos coletivos, vêm minimizando as deficiências do modelo, e até mesmo revertendo expectativas. É possível que, em anos vindouros, com a proliferação de equipamentos de **telefacsímile** entre bibliotecas, sobretudo nas bibliotecas universitárias e especializadas dos países **desenvolvidos**, se consolide ainda mais a tendência descentralizadora.

Segundo BALLARD (1986: 38):

"A prática norte-americana é a de adquirir sistemas elaborados que possibilitem um acesso potencial a milhões de livros", em vez de pensar na criação de um sistema centralizado, como se optou na Inglaterra.. BALLARD conclui que o sistema centralizado dos ingleses provê as bibliotecas britânicas de milhões de livros, mas os custos, somente ocorrem para elas quando ocorre um uso real. Ao contrário, a participação norte-americana em seu sistema descentralizado pressupõe o dispêndio de parcelas elevadas de seus orçamentos para assinatura de serviços com resultados mais potenciais do que reais.

A polêmica continua.

A afirmativa atribuída a LINE e a seus seguidores, registrada por EVARISTO (1981:85), de que **"mesmo o melhor dos sistemas cooperativos, com catálogos coletivos bem planejados e cuidadosamente administrados, com procedimentos padronizados, raramente parecem atingir índices de atendimento superiores aos 70% com uma média de tempo de atendimento inferior a três semanas"** vem sendo contestada pelos fatos recentes.

3.5 - MODELO MISTOS

Além dos quatro modelos **puros** – centralizado e descentralizado – e **combinados** – semicentralizado e semidescentralizado –, existe ainda a hipótese dos modelos mistos ou compostos, que associam as características de diversos modelos puros e combinados.

A existência dessas diversas variantes se justifica pela quase impossibilidade de se administrarem modelos estritamente primários como A e D, seja porque as desvantagens de ambos requerem a contrapartida de compensações adicionais de outros modelos, seja porque o grau de imprevisão imposto pela conjuntura muitas vezes nos afasta do idealismo e nos aproxima de combinações mais caprichosas, para conformar a realidade a modelos apropriados.

Embora não existam, na prática, modelos efetivamente puros – eles existem apenas nas concepções acadêmicas – eles são definidos e descritos no presente trabalho, no sentido cervantino de **exemplar**, como modelos ideais porquanto, na realidade, eles se apresentam de forma mais complexa e híbrida do que os seus modelos teóricos propõem.

Mesmo sem descer a consideração mais detalhadas, cabe registrar outras possíveis combinações como as seguintes:

MODELO AC : **Biblioteca Central "ampliada" I**

A biblioteca central encarregada do sistema pode, eventualmente, valer-se do concurso complementar de outras bibliotecas, principalmente no concernete a materiais não convencionais, antigos, raros ou muito especializados.

De certa forma, a BLLD, que é apresentada como típica do modelo A, em virtude da impossibilidade prática de oferecer **tudo, todo o tempo, para todo mundo**, pode valer-se do acervo de **back-up libraries**, isto é, bibliotecas de apoio.

3.6 - MODELO AD : **Biblioteca Central ampliada II**

É em tudo semelhante ao modelo anterior , com a diferença de que as bibliotecas que lhe servem de apoio eventual não fazem parte de um esquema premoldado. A cada situação corresponde um contato **ad hoc**, acertado para aquela eventualidade e segundo as condições, normas e preços de cada uma.

De certa forma, o serviço de acesso ao documento que vigorou no antigo IBBD, com base em sua biblioteca central (que servia também de apoio para a confecção de uma série de bibliografias especializadas), e no CCN, tinha essa configuração mista não-estruturada, na medida em que localizava os itens no catálogo coletivo, transmitia o pedido à biblioteca depositária do documento demandado e ficava na incerteza de atendimento aos pedidos.

Em termos categóricos, na acepção moderna do termo, não existia uma autêntica comutação bibliográfica, porquanto um plano de comutação não estava plenamente estruturado.

3.7 - MODELO BC : **Cooperação circunscrita**

É um conjunto de bibliotecas que, à margem do universo maior de bibliotecas do país, acertam um esquema de cooperação permanente entre elas, mas sem uma biblioteca central ou módulo central responsável pelas operações. É possível acontecer entre bibliotecas universitárias, públicas ou especializadas de uma região, ou entre bibliotecas ligadas a determinados programas sub-regionais que as levam a acordos parciais de comutação, como ação extra ou complementar. Por exemplo, entre bibliotecas estaduais ou bibliotecas lideradas por um órgão sub-regional como SUDESUL, SUDENE, etc.

3.8 - MODELO BD : Cooperação espontânea regular

No presente caso, várias bibliotecas mantêm laços cooperativos espontâneos, não regulamentados, por um período razoável de tempo, motivadas pelas necessidades circunstanciais de complementação de serviços. Geralmente esses laços surgem pelo bom relacionamento entre as pessoas e as instituições, quando os bibliotecários e/ou usuários de umas se transladam para as outras e logo pressionam em favor de uma troca mais assídua de documentos de cuja existência ou de probabilidade eles sabem. E, destarte, a base natural para futuros sistemas formais e permanentes. Assim, parece ter surgido a maioria dos sistemas regionais de intercâmbio dos Estados Unidos da América.

3.9 – MODELO BCE: **Cooperação espontânea e sistemática.**

Idêntico ao modelo anterior, com a diferença de que alguns laços cooperativos foram formalizados entre as partes interessadas. Quase sempre, mas não necessariamente, trata-se da evolução natural do modelo BD e, ao mesmo tempo., uma escala organizativa anterior ao modelo C (semidescentralizado).

3.10 – MODELO CD: **Misto duplo**

Aonde a descentralização sem controle se combina com a descentralização planejada, com resultados pouco confiáveis. Afinal, qualquer dos modelos mencionados requer, em alguma fase, em algum nível decisório, algum tipo de planejamento para dar resultados positivos e, na dinâmica de sua trajetória operacional, provavelmente imponha níveis mais rígidos e óbvios de estruturação.

Embora não se pretendam estabelecer limites rígidos entre os diversos modelos, seria possível desenhar uma escala de pontos, a saber:

MODELOS DE ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMAS

A – AC – AD – B – BC – C – BD – D

1 2 3 4 5 6 7 8

3.11 – **Outras considerações**

Existem outros aspectos a serem considerados, relacionados com a configuração de modelos, dentre os quais se impõe a análise da questão central da regionalização.

3.11.1 – **Regionalização**

Os princípios básicos de uma cooperação regional, na concepção de ARIAS ORDONEZ (1984: 32), poderiam ser resumidos da seguinte maneira:

a. **viabilidade,** ou seja, que esteja fundamentada em propriedades, em realizações experimentais, que exijam baixos investimentos, livre de qualquer intervenção institucional e despojada ao máximo de exigências legais;

b. **flexibilidade,** isto é, capaz de sobreviver no tempo ajustando-se às constantes mudanças institucionais, das técnicas e às necessidades de quem a utiliza e, sobretudo, que outorgue plena liberdade para que haja uma participação setorial e intersetorial;

c) **racionalidade,** vale dizer, que conduza a que as instituições e as unidades de informações se vejam favorecidas por um uso racional dos recursos (eficácia técnica) e que exista uma alta relação custo/benefício (eficácia econômica); e

d) **oportunidade,** isto é, dando-se em condições de tempo, comunicação e custos, ágil em seus processos técnico-administrativos, assegurando a satisfação de quem solicitou a cooperação.

Vários fatores podem influir na decisão quanto à regionalização de um sistema de comutação bibliográfica. Dentre os fatores mais prováveis estão os seguintes:

a) a **federalização** do país que pode inspirar uma maior regionalização do serviço para atender os requerimentos, necessidades e aspirações de regiões mais desenvolvidas, com condições infra-estruturais que permitam uma maior independência/interdependência relativa;

b) a **dispersão física** em países de proporções continentais, principalmente onde as comunicações sejam precárias;

c) a **barreira lingüística** naquelas nações onde as diversas regiões falam línguas diferentes e têm rivalidades e tradições culturais acentuadas ;e

d) o **volume de atendimento** principalmente nos países onde o volume de solicitações seja tão intenso que a descentralização/ regionalização se torne uma medida necessária para melhorar o atendimento. Obviamente, esta decisão estará na certeza de que os acervos das bibliotecas se repetem consideravelmente de região para região, como nos Estados Unidos da América.

Em face do extraordinário receituário de modelos disponíveis, caberia perguntar qual o modelo mais adequado para determinado país, região ou até mesmo instituição ou sistema.

"Uma questão da maior relevância para o Brasil é saber se a tendência na direção da descentralização deve ser continuada, se uma coleção central a nível nacional deve ser criada, ou se uma solução intermediária deve ser buscada para concentrar o fornecimento nacional em umas poucas bibliotecas", coloca EVARISTO (1981: 83).

A questão continuará aberta, apesar da opção por um modelo determinado, como fizemos para a montagem do COMUT.

Em verdade, as fronteiras entre os diversos modelos tendem a reduzir-se devido à contribuição das novas tecnologias e pela hibridização dos modelos, às medida que eles se expandem. Novos serviços também costumam impor variações no modelo original, e a tendência parece convergir para a combinação de modelos.

É possível que, no futuro, as linhas divisórias antagônicas das concepções modelares da BLLD e da OCLC, em suas acepções originais, tendam a desaparecer. A dicotomia entre centralizado e descentralizado parece fadada a desaparecer, enquanto ambos os sistemas sofrerão o impacto tecnológico e usufruirão da flexibilidade que a tecnologia permitirá para sua organização.

Conforme ressalta MARTIN (1981:5):

"Os especialistas em tecnologia estão questionando a sabedoria de se localizar um volume grande de transações localizadas em um computador central sobrecarregado. Aplicações tais como circulação e checagem de títulos de periódicos são funções que demandam um grande volume de trabalho, enquanto que as operações são de interesse primário da biblioteca depositária. Isso talvez possa provar a praticidade de se instalarem microcomputadores nas próprias bibliotecas, para comunicar com os computadores centrais da rede".

Em outras palavras, a tendência é de que as bibliotecas consultem os arquivos entre elas, diretamente, por razões de custo e rapidez, cabendo ao sistema apenas o controle global da rede, garantindo assim um elevado grau de descentralização coordenada.

Marc Chauvinic, comentado por BENNETT (1985:05), argumenta que tanto os sistemas centralizados como os descentralizados têm deficiências e que, provavelmente, a mistura de ambos seja o ideal, particularmente na atual conjuntura de recessão econômica planetária.

Na prática, como já ressaltamos, não se conhecem modelos puros, pois todos os sistemas reais conhecidos, de alguma forma, tentam algum equilíbrio entre centralização e descentralização (em diferentes graus) para ampliarem a sua capacidade global de atendimento.

Em resumo, o sucesso de um modelo vai depender de sua adequação às condições objetivas locais. Nenhum modelo, a rigor, é melhor do que outro embora seja forçoso reconhecer, hipoteticamente, que uns modelos são mais convenientes, do ponto de vista econômico, administrativo e político, do que outros.

O sucesso de implantação do modelo adotado vai depender de muitas condições, dentre as quais ARIAS ORDONEZ (1984:32) enumera as seguintes:

a. uma **organização formal** que fundamente sua estrutura, e a hierarquia de seus componentes infra-estruturais existentes, onde as normas e procedimentos de participação se estabeleçam no estímulo institucional e no benefício que se origina em oferecer e receber serviços;

b. uma **estrutura sistêmica** do tipo **aglomerada**, na qual as unidades de informação participem formando, segundo seja o caso, redes coordenadas ou livres, ajustando-se ao máximo às organizações existentes e às condições institucionais, econômicas e técnicas que as conformem;

c. uma **fundamentação teórica** exigente, que assegure a quem participe do programa um ajustamento de seu trabalho às normas e procedimentos em termos de compatibilidade, coordenação e permanente integração;

d. uma **assistência técnica** mútua permanente, baseada em acordos bilaterais que assegurem a utilização dos recursos da região e que orientem a canalização solidária de recursos de assistência técnica internacional, regional e sub-regional em benefício das atividades convencionais.

Em última instância, caberia afirmar que todo trabalho de cooperação requer um alto grau de normalização, baseado em uma sistemática adequada aos seus propósitos, devidamente aceita pelos participantes. A solidariedade se impõe, em conseqüência, pela sua utilidade, conveniência e oportunidade, de maneira voluntária mas responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, E.R. Interlibrary transation costs; cost allocation issues in interlibrary systems. **Journal of Library Administration,** 6 (2): 37-65, 1985.

ARIAS ORDONEZ, José. Bases para un trabajo cooperativo entre bibliotecas universitárias latinoamericanas. In: **Actas de la Reunión de Bibliotecas Universitárias y Nacionales Latinoamericanas.** Santiago de Chile, Pontificia Universidad Católica de Chile, julio 1984. p. 17-49.

ARIAS ORDONEZ, José & ROJAS LEON, Octavio. **Red Regional para el Intercámbio de Documentos.** (Bogotá, Col.?), 145 p. Mimeo.

BALLARD, Thomas H. Public Library Ressource Sharing in the United States. **Interlending and Document Supply, 14 (2):35-39, 1986.**

BENNETT, Richard J. Interlendig and document supply: review of recent literature: VII. **Interlending and Document Supply** 13(1): 13-18, 1985.

BENNETT, Richard & Ndewa, John. Interlending in Africa: a general view. **Interlending and Document Supply,** 14 (1): 22-25, 1986.

BRINE, J.J. International interlibrary loans: the user"s viewpoint. **Interlending Review,** 7 (2): 54, 1979.

BRITISH LIBRARY DOCUMENT SUPPLY CENTRE IN 1985-86. **Interlending and Document Supply,** 14 (3): 67-70, july 1986.

BROOKS, J.A. FILS 20 Improved for Interlibrary Loans. **Electronic Libraries,** 4 (3): 144-145, june 1986.

CHASTINET, Yone & FONSECA, Ana Flávia M. da. Acesso à documentação primária agrícola no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10, 1979. **Anais.** Curitiba, Associação Bibliotecária do Paraná, 1979. V.2.IC

CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE LA DISPONIBILIDAD UNIVERSAL DE PUBLICACIONES. Paris, 3-7 de mayo de 1982. **Informe final.** Paris, PGI–UNISIST, 1982. 21 p. (PGI–82/UAP/6).

CORNISH, Graham P. Interlending and document supply: a review of recent literature–X. **Interlending and Document Supply,** 14 (3) 71-78, 1986

CORNISH, Graham. **Interlending and Document Supply,** 13 (3): 84-86, 1985.

CORNISH, Graham. The interlending of non-book materials in the United Kingdom: plans, problems and progress. **Interlibrary review,** 13 (3): 84-86, 1985.

CUNNINGHAM, Linden & KEFFORD, Brian. Problems of interlending across national boundaries. **Interlending and Document Supply,** 13 (2): 36-41, 1985.

DIAS, E.J.W. OCLC: um novo conceito de cooperação bibliotecária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9. JORNADA SUL–RIO–GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 5, Porto Alegre, 1977. **Anais.** v.1 p. 38-44.

EVARISTO, Marcia de Figueiredo. **The National provision and supply of documents in Brazil: an analysis of the present situation and some considerations of alternative solutions.** Sheffield, Engl., The University of Sheffield, 1981. 116 p. Master Dissertation.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. Empréstimo internacional: princípios e diretrizes para sua realização (1978). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** 12 (1-2): 101-7, jan./jun. 1979.

GARCIA, N.G. & PIEGAS, M. H. A. Programa de Cooperação da BIREME nas seções de empréstimo entre bibliotecas e permutas e doações. In: JORNADA SUL-RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 3. Porto Alegre, 1970. **Trabalhos apresentados.** Porto Alegre, 1972. 13 p.

GEWECKE, Wolfgang. **ODIN – The National Affiliation of Informations Agencies in the Federal Republic of Germany.** Franckfurt/Heildelberg, dez. 1979. Mimeo.

GHIKAS, Mary W. Public and private sector issues in document delivery. **Interlending and Document Supply,** 13(1):8-12, 1985.

GREEN, Samuel. The Lending of Books to One Library to Another. **Library Journal,** 1: 15-16, sep 1876.

GREENE, R.J. Lends: an approach to the centralization/decentralization. **College And Research Libraries,** 36(3): 201-7, May 1975.

HEYDRICH, J. Interlending policies and plans in the Federal Republic of Germany. **BLLD Review,** 4 (2): 47-50, 1976.

INTERLIBRARY Lending in the United Kingdom and Ireland 1984-1985. **Interlending and Document Supply,** 13 (4): 115-119, 1985.

KANTOR, P.B. Availability analysis. **Journal of the American Society for Information Science,** 27 (5-6): 311-9, 1976.

KEFFORD, B. Interlibrary lending around the world; a review of recent papers –x. **Interlending Review,** 8(3): 89-93, 1980.

KILGOUR, Frederick G. Description of a computerized, on-line interlibrary system. In: **IFLA COUNCIL,** Copenhagem, 1979. Mimeo.

KILGOUR, Frederick G. **Design of on-line Catalogs.** Columbus, Ohio, OCLC, 1976. Paper presented at ISAD Institute in New York. Mimeo.

KILGOUR, Frederick G. Interlibrary Loans On-Line. **Library Journal,** February 15: 460-63, 1979.

KILGOUR, Frederick G. OCLC: aspects of an international network. In: **Online Information:** 4th International Meeting. Oxford, England, Learned Information Ltd, 1980, p. 153-156.

KILGOUR, Frederick G. Shared cataloging at OCLC. **Online Review,** 3 (3): 275-79, 1979.

LEHMANN, Klaus-Dieter. Inter-Library loan in the Federal Reblic of Germany and the responsability for international loan. **Liber,** Florence, 12: 34-49, 1978.

LINE, Maurice B. Acess to documents. In: SEMINÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO DE REDES NACIONAIS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO. **Anais.** Rio de Janeiro, The British Council, 1979. p. 52-74.

LINE, Maurice B. Changes in rank lists of serials over time: interlending versus citation data. **College and Research Libraries,** 46 (1) :77-79, 1985.

LINE, Maurice B. Interlending and Conservation: friends or foes? IFLA COUNCIL & GENERAL CONFERENCE, 53rd, Brighton, United Kingdom, 16-21 Aug 1987. p. 5-5/6.

LINE, Maurice B. Researching into the availability of publications. **Library Quaterly,** 53 (83): 292-306, 1983.

LINE, Maurice B. et allii. **National interlending systems: a comparative study of existing systems and possible models.** Paris, Unesco, 1980. (PGI/78/WS/24(Rev.)

LINE, Maurice B. & KEFFORD, B. **Core collections of journals for national interlending purposes.** In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 48th, Montréal, Canada, 22-28 Aug, 1982. Mimeo (48/IL/2–E, 113-RE)

LIU, Songfu. A proposed model for interlibrary loan in China. In: **IATUL Proceedings,** 16: 73-89, 1984.

MEDEIROS, A. **O empréstimo entre bibliotecas no Grupo de Trabalho em Documentação Agrícola do estado do Paraná.** Curitiba, 1978. 36 f. (Trabalho apresentado à disciplina de Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia II, do Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná).

MARTIN, Susan K. **Library networks, 1981-1982.** New York, Knowledge Industry Publications, 1981. 160p.

MIRANDA, Antonio. Acceso a los documentos: bibliografia sobre comutación bibliográfica, préstamo interbibliotecario y afines: 1971-1980. vista AIBDA, Turrialba, Costa Rica, 3 (2): 119-41, 1983.

MIRANDA, Antonio. Access to documents in Brazil: interlibrary loan Program COMUT. In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 48th., Montréal, Canada, 22-28 Ago 1982. Mimeo. 11p. Também em : **INSPEL: International Journal of Special Libraries,** 16 (4): 225-39, 1982.

MIRANDA, Antonio. Acesso ao documento primário; documento base. In: CONFERÊNCIA Interamericana sobre Información y Documentación Científica y Tecnológica, 2., Buenos Aires, 1981. 14 p.

MIRANDA, Antonio. **Acesso ao documento primário, comutação bibliográfica, empréstimo interbibliotecário: bibliografia seletiva, 1970-1980.** Rio de Janeiro, IBICT/CCI, 1982. 65 p. (Busca retrospectiva em Ciências da Informação, 4.) ISSN 0101-4765. (Com a colaboração de Vânia Silva Monteiro).

MIRANDA, Antonio. Comutação bibliográfica na estratégia dos sistemas de informação. **Cadernos de Biblioteconomia,** Recife, 7): 64-75, dez 1983.

MIRANDA, Antonio. Conmutación bibliográfica en la estrategia de los sistemas de información. **Revista Latinoamericana de Documentación**, 3 (2): 19-22, jul./dic. 1983.

MIRANDA, Antonio **Comutação hemerográfica; manual de procedimentos.** Brasília, CAPES, 1977. 16 p.

MIRANDA, Antonio. Difusion de investigaciones a través de unidades de informacion. Revista da Información y Documentacion educacional, Lima, 7 (13): 7-14, 1986.

MIRANDA, Antonio. Diretrizes para uma política nacional de informação. REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2. Rio de Janeiro, 1979. p 51 (Abstract).

MIRANDA, Antonio. **Estrutura de informação e análise conjuntural; ensaios.** Brasília, Thesaurus, 1980. 169 p.

MIRANDA, Antonio. La importancia de las técnicas reprográficas en la transferência de informacion. In: SEMINÁRIO.

MIRANDA, Antonio. **Minuta de anteprojeto para implantação do Subsistema de Informação e Documentação educacional SIDE.** Brasília, MEC/DAU/CAPES, 1977. 27 p.

MIRANDA, Antonio. Perspectivas do Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 4: 1985. **Anais.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1985. p. 39-57.

MIRANDA, Antonio. **Planejamento bibliotecário no Brasil; a informação para o desenvolvimento.** Rio, LTC; Brasília, UNB, 1977. 135 p.

MIRANDA, Antonio. Política de transferência de informação: uma abordagem preliminar. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1. Salvador, 21-26 set 1980. **Anais.** Salvador, 1981. p. 39-56.

MIRANDA, Antonio. Problemas culturais, políticos e econômicos da informatização no Brasil. **Revista de Biblioteconomia no Brasil,** 14 (1): 27-37, 1986.

MIRANDA, Antonio. **Sistema de avaliação de periódicos (nacionais e estrangeiros) CAPES/CID/Núcleo de Informática;** relatório de consultoria. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, maio 1983. 21 p. Datilografado.

MIRANDA, Antonio. Transfer of information and interlibrary loan. **Proceedings of the 1984 International Conference on Information and Knowledge – FID,** Tokyo, Japan, 13-18 May 1984.

MIRANDA, Antonio & CARVALHO, Maria Carmem Romcy de. Comutação bibliográfica no Brasil. In: CONGRESSO REGIONAL DE DA FID/CLA, 5. Rio de Janeiro, 19-22 maio 1980.

MIRANDA, Antonio & PINTO, Maria A. Castro. Banco de periódicos agropecuários: apoio internacional. Brasília, EMBRAPA, DID, 1974. 8 p (Trabalho apresentado no 1º Seminário Administrativo de Bibliotecários Chefes da EMBRAPA, Brasília, 1974.

MIRANDA Antonio et allii. **Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT**, anteprojeto. Brasília, MEC/CAPES, 1980.

MIRICHEVA, M.D. The system of interlibrary lending in the USSR. **Interlending Review**, 7 (2): 54, Apr. 1979.

MUELLER, Suzana P.M. Planning Interlending Systems for Developing Countries. VII Brazil. **Interlending Review**, 9 (2) : 58-59, 1981.

NOCETTI, Milton A. Comutação bibliográfica. In: MACHADO, U.D., ed. **Estudos avançados em biblioteconomia e ciência da informação.** Brasília, ABDF, 1982. Cap. 6, p. 133-47.

NOCETTI, Milton A. Informação para o desenvolvimento: maximização dos recursos documentários nacionais através de sistemas de comutação bibliográfica. Brasília, DF, EMBRAPA/DID, 1980. 11 p. Também em: **Boletim ABDF. Nova Série,** 2(3): 38-44, 1979.

OCLC Annual Report 1982/1983. Dublin, Ohio, 1983. 44 p.

OCLC Annual Report 1983/1984. Dublin, Ohio, 1984. 44 p.

OERTEL, Dieter. Supra-regional coordination of libraries in the Federal Republic of Germany. In: MEETING of German and English university librarians in Bristol/Great Britain. September 1978. Mimeo

ORTUNO, Carlos I. La Conmutacion Bibliográfica en la Red de Información Petrolera y Petroquímica (RIPPET). In: ENCUENTRO ANUAL RIPPET, 1., Los Teques, 10-11 Abril 1986. p. 8-20

PROGRAMA de Comutação Bibliográfica-COMUT: manual de operações. Brasília, CAPER-CNPq/IBICT, 1981. s.p.

RELATÓRIO do Grupo de Trabalho sobre Catálogo Coletivo e Comutação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., Brasília, 19981. **Anais.** Brasília, CAPES, 1981. p. 290-301.

RODRIGUES, Ricardo C. Comutação Bibliográfica (II). **Boletim ABDF. Nova Série,** 2(2): 24, 1979.

RODRIGUES, Ricardo C. COMUT: evolução histórica e perspectivas. In: REUNIÃO INTERAMERICANA DE BIBLIOTECÁRIOS E DOCUMENTALISTAS AGRÍCOLAS, VII, Brasília, 6-11 maio 1984.

RODRIGUES, Ricardo C. O Programa de Comutação Bibliográfica - COMUT. In: SEMINÁRIO SOBRE COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA DA FID-CLA. Buenos Aires, 6-7 dezembro 1982.

RODRIGUES, Ricardo C. Programa de conmutación bibliográfica - COMUT: acceso al documento. **Revista Latinoamericana de Documentación,** 1 (1/2): 6-8, 1981.

SCHLITT, Gerhard & TECHNZEN, Jobst. The Central Subject Libraries of the Federal Republic of Germany – for example: The Technische Informations bibliothek Hannover. In: IFLA GENERAL CONFERENCE, 48th, Montreal, Canada, August 22-28, 1982. 12 p. (Doc 40/SCIE/3-E).

SCHWARZ, G. & PESCHIKE, E.B. Leistungen des netzinternen Leikverkehrs; Ergebnisse einer Analyse. **Zentrallblat fur bibiothekswesen,** 99 (6): 237-43, 1985.

SEMINÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO DE REDES NACIONAIS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO. **Anais.** Rio de Janeiro, The British Council, 1979. 141 p.

STEVENS, Rolland E. A study of interlibrary loan. **College and Research Libraries,** 35 (5): 336-42, 1974.

STEUBEN, J. Interlibrary loan of photocopies of articles under new copyright law. **Special Libraries,** 70(5-6): 227-32, May./june 1979.

TARAPANOFF, Kira M.A. British Library lending Division-BLLD: o acesso centralizado à informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília,** 7 (1): 43-55, jan./jun. 1979.

URQUHART, D.J. The national role in resource allocations. **Library Trens,** 23(4): 595-601, Apr. 1975.

URQUHART, D.J. The users viewpoint. In: SEMINÁRIO SOBRE O planejamento de redes nacionais de informação e documentação. Brasília, 30 julho - 2 agosto 1979. Rio de Janeiro, The Britsh Council, 1979. p. 75-86.

VERVILIET, H.D.L. Resource sharing of libraries in developing countries. Proceedings of the 1977 IFLA/UNESCO Seminar for librarians from developing countries. Munchen, K.G. Saur, 1979.

VICKERS, Stephen. El Programa de IFLA relativo a la Disponibilidad Universal de Publicaciones (DUP). In: **Actas de la Reunion de Bibliotecas Universitárias y Nacionales Latinoamericanas.** Santiago de Chile, Pontifícia Universidad Católica de Chile, julio 1984. p. 126-136.

VICKERS, Stephen. **Proposal for an evaluation of COMUT.** PGI/DII 7.8.85 Unesco Contract Ref. 405078.4.

WHITESTONE, P. **Photocopying in Libraries: The Librarians speak.** White Plains, Knowledge Industry Pub., 1977. 112 p.

4 - LEVANTAMENTOS DE DADOS JUNTO ÀS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Um Questionário (vide Anexo) foi enviado a 300 bibliotecas que fazem parte do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, no início do ano de 1989.

4.1 - Dados institucionais

Foram recebidos de volta 161 questionários (53.66%) do total. O motivo do baixo índice de respostas deveu-se à greve nas universidades federais no referido período.

O referido Questionário permitiu obter dados institucionais sobre o empréstimo-entre-bibliotecas praticado pelas bibliotecas assim também informações, sugestões e opiniões sobre a criação de um serviço desse tipo no âmbito do PNBU.

4.2 - Atividades de Intercâmbio

4.2.1 - Se a biblioteca desenvolve atividade de empréstimo-entre-bibliotecas, informando sua abrangência.

O resultado foi o seguinte:

ATIVIDADE	N* RESPOSTAS	%
Com outras bibliotecas da mesma Instituição	109	32.28
Com bibliotecas da cidade	113	36.57
Com bibliotecas da Região/País	62	20.06
A nivel internacional	3	0.97
Convênios especiais	5	1.62
Em branco	17	5.50
TOTAIS	309	100.00

Observações:

- As bibliotecas indicaram mais de uma atividade. Dos 161 questionários 17 foram devolvidos em branco, o que representa 10.56%.

- As atividades de empréstimo-entre-bibliotecas com as bibliotecas da mesma instituição e com bibliotecas da cidade representam 71.85% do total, o que vale dizer que quase todo o intercâmbio se faz a nível local.

- Das bibliotecas que trabalham com convênios especiais somente 3 anexaram cópia do convênio para análise.

4.2.2 - Quanto à natureza da atividade:

NATUREZA DA ATIVIDADE	N* RESPOSTAS	%
Informal	115	71.42
Formal	17	10.62
Informal/Formal	2	1.24
Em branco	27	16.80
TOTAL	161	98.84

Observação:

Dos 17 que informaram ter intercâmbio a nível Formal nenhum mandou cópia do protocolo, convênio ou ato para exame.

4.2.3 - A Biblioteca produz regularmente algum instrumento de divulgação de seu acervo para o empréstimo-entre-bibliotecas?

PRODUZ INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO	QUANTIDADE	%
Sim	40	24.84
Não	113	70.19
Branco	8	4.97
TOTAL	161	100.00

Dentre os instrumentos de divulgação produzidos pelas bibliotecas, estão em ordem de maior freqüência:

- Boletins bibliográficos/informativos 24
- Sumários correntes 10
- Lista de novas aquisições 6
- Catálogo coletivo 5
- Bibliografias 4

- Alerta bibliográfica	3
- Catálogo de teses	3
- Catálogo de bibliografias	1
- Folder	1
- Responderam Sim, mas não informaram qual	2
TOTAL	59

A média é de 1.48 instrumentos de divulgação dentro das 48 produtoras (bibliotecas).

Uma média de 0.38 instrumentos de divulgação no universo das 161 bibliotecas respondentes.

4.2.4 - Dados sobre o volume de empréstimos:

	1987		1988	
EMPRESTOU	N*	%	N%	%
1 - 100	85	72.65	89	76.07
101 - 500	11	9.40	14	11.97
501 - 1000	4	3.42	2	1.70
1001 ...	5	4.27	6	5.13
Não registrou	12	10.26	6	5.13
Totais	117	100.00	117	100.00

	1987		1988	
TOMOU EMPRESTADO	N*	%	N*	%
1 - 100	76	64.96	78	66.67
101 - 500	13	11.11	16	13.68
501 - 1000	3	2.56	1	0.85
1001 ...	0	0.00	2	1.71
Não registrou	25	21.37	20	17.09
Totais	117	100.00	117	100.00

Observação:

Não solicitaram nem forneceram material bibliográfico durante 1988/1988 um total de 44 bibliotecas, o que representa um percentual de 27.33% do total pesquisado.

Verifica-se, outrossim, que o volume de trocas, nos dois sentidos do empréstimo, é pequeno porquanto a maioria absoluta informou um volume menor de 100 obras no fluxo.

4.3 - Observações sobre a criação de um sistema de empréstimo-entre-bibliotecas universitárias/especializadas no Brasil.

4.3.1 - Considerando as necessidades dos usuários da biblioteca, um sistema desse tipo entre bibliotecas universitárias e afins será:

GRAU DE NECESSIDADE	NÚMERO	%
Imprescindível	31	19.25
Útil	98	60.87
De uso limitado	31	19.25
Inútil	1	0.63
T o t a i s	161	100.00

Observação:

Não existe tradição de empréstimo entre nossas bibliotecas, razão provável do conceito que os bibliotecários fazem de tal serviço (apenas 19.25% consideram "imprescindível").

Uma das causas do pouco apreço se deve ao fato das bibliotecas estarem mais voltadas para o ensino do que à pesquisa. No entanto, baseado na experiência internacional, acreditamos que o uso do serviço de empréstimo cresceria muito, principalmente de livros esgotados, estrangeiros e materiais menos convencionais – teses, relatórios, etc.

Aproximadamente 60% das bibliotecas consideram "útil" a criação do serviço de intercâmbio, enquanto quase 20% acreditam que ele seria de pouco uso nas bibliotecas, certamente baseados no tipo de atividades que a nossa biblioteca universitária ordinariamente realiza, mais voltado para o empréstimo de livros-textos ou literatura de apoio pedagógico.

4.3.2 - O sistema/serviço de empréstimo-entre-bibliotecas deverá englobar os seguintes tipos de materiais:

TIPOS DE OBRAS	NUMERO	%
Livros e monografias nacionais	146	32.88
Livros e monografias estrangeiras	130	29.28
Teses	130	29.28
Outras	35	7.88
Não responderam	3	0.68
T o t a l	444	100.00

Das bibliotecas que citaram outros tipos de materiais, enumeramos:

. Periódicos (originais)	15
. Fitas de vídeo	7
. Folhetos	4
. Normas técnicas	3
. Slides	3
. Fitas cassette	2
. Fitas 16mm	2
. Microfichas	2
. Audiovisuais	2
. Relatórios	2
. Catálogos	2
. Eventos	1
. Mapas	1
. Microfilmes	1
. Partituras	1
. Patentes	1
. Projetos de pesquisas	1
. Separatas	1
T o t a l	50

Observações:

Verifica-se, uma vez mais, o pouco apelo que têm os materiais não convencionais em nossas bibliotecas. Materiais audiovisuais foram pouco lembrados, enquanto obras mais comuns como as teses (29.28%) e as pa-

tentes (uma única referência) não parecem despertar muito interesse relativo. É provável, no entanto, que a existência do canal de acesso estimule sua busca futura.

4.3.3 - Alternativas de transporte do material solicitado através do serviço de empréstimo-entre-bibliotecas:

TIPO DE TRANSPORTE (REMESSA)	N*	%
Impresso simples	16	6.50
Impresso registrado	57	23.17
Sedex	95	38.62
Malote	61	24.80
Outros	11	4.47
Em branco	6	2.44
T o t a l	246	100.00

Observações:

A preferência recaiu sobre os meios de comunicação postal mais seguros (e caros) como sejam Impresso Registrado, Sedex e Malotes, perfazendo 86.59% do total de respostas.

Outras sugestões de transporte recaíram sobre "portador ou mensageiros" (10 respostas) e "reembolso postal" (1 resposta).

4.3.4 - Tipos de bibliotecas que deveriam oferecer o serviço de empréstimo-entre-bibliotecas.

Serviço oferecido por:	N*	%
Toda e qualquer biblioteca	48	29.81
Apenas por bibliotecas habilitadas	105	65.22
Em branco	8	4.97
T o t a l	161	100.00

4.3.5 - O serviço de empréstimo deverá ser oferecido para:

Serviço oferecido para:	*	%
Toda e qualquer biblioteca	28	13.86
Bibltcas da mesma área de especialização	59	29.21
Bibliotecas conveniadas com o serviço	114	56.43
Em branco	1	0.50
T o t a l	202	100.00

Observação:

As respostas parecem indicar uma certa reserva com relação à liberalidade do serviço na medida em que indicam a preferência por bibliotecas de uma mesma área de especialidade (aproximadamente 30%) e entre bibliotecas previamente conveniadas para tal fim (56.46%). Apenas uma minoria considera válido o empréstimo indiscriminado (como ele acontece em outros países).

4.3.6 - Principais problemas e dificuldades para a implantação do empréstimo-entre-bibliotecas:

PROBLEMAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SENEB	N%	%
Possibilidade de perda do livro	126	16.03
Pagamento do serviço (preço elevado)	97	12.34
Demora no atendimento dos pedidos	96	12.22
Falta de infra-estrutura operacional	93	11.83
Livro como "material permanente"	83	10.56
Coleções deficientes	68	8.65
Baixo grau de confiabilidade do Correio	67	8.53
Ausência de experiência/tradição intercâmbio	59	7.51
Barreiras institucionais	46	5.85
Direitos autorais	17	2.16
Despreparo dos profissionais	14	1.78
Outros	14	1.78
Repetitividade dos acervo	6	0.76
T o t a l	786	100.00

Entre os "Outros" problemas para a implantação do SENEB encontram-se:

- Inexistência de catálogo coletivo	6
- Demora na devolução do material	4
- Formulários atuais (diversificados)	1
- Incerteza de existência do material	1
T o t a l	14

4.4 - Conclusão

Apesar do número reduzido de respostas (161 questionários devolvidos, apenas a metade dos expedidos) pode-se deduzir que as bibliotecas consideram "útil" a montagem de um serviço de empréstimo-entre-bibliotecas.

O volume de empréstimo atual entre as bibliotecas consultadas é bastante modesto e a sua área de atuação restringe-se à própria instituição ou com bibliotecas de outras instituições da própria cidade. Os vínculos são quase sempre informais.

Em princípio consideram que os livros seriam os materiais mais requisitados por esse serviço, de preferência emprestados pelo correio especial (registrado, sedex, malote).

Também são de opinião que principalmente as bibliotecas devidamente credenciadas para este fim deveriam fazer os empréstimos e estes seriam prioritariamente feitos a bibliotecas de uma mesma área de especialização e/ou devidamente conveniados.

Existe um temor generalizado quanto à eventualidade de perda do material emprestado, além de presumivelmente demorado. A pobreza das coleções e a inexistência de catálogos coletivos não foram considerados motivos maiores para a implantação do serviço.

É provável que as "resistências" ao serviço sejam provenientes da falta de tradição no campo do intercâmbio, aliado ao tipo de serviço convencional que as bibliotecas atualmente desempenham, notoriamente voltados para o empréstimo de material didático e só excepcionalmente voltado para o atendimento à pesquisa.

4.5 - LISTA DAS BIBLIOTECAS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO

1 - BIBLIOTECA CENTRAL DE JUIZ DE FORA
2 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
3 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
4 - BIBLIOTECA SETORIAL DA ESCOLA DE QUÍMICA - UFRJ
5 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
6 - BIBLIOTECA DA PUC - MG
7 - BIBLIOTECA CENTRAL – UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA
8 - BIBLIOTECA CENTRAL – UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
9 - BIBLIOTECA DA FACULDADE FEDERAL DE ODONTOLOGIA DE DIAMANTINA
10 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
11 - BIBLIOTECA DO CENTRO EDUCACIONAL DE REALENGO
12 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS
13 - BIBLIOTECA CENTRAL DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA-RS
14 - NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE
15 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
16 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
17 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
18 - BIBLIOTECA CENTRO - UNIMEP
19 - BIBLIOTECA CAMPUS SANTA BÁRBARA D'OESTE - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
20 - BIBLIOTECA CAMPUS TAQUARAL – UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
21 - BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE CAXIAS DO SUL
22 - FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REY
23 - BIBLIOTECA CENTRAL DA PUC - PARANÁ
24 - BIBLIOTECA DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ-RN

25 - BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
26 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
27 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE IJUÍ
28 - BIBLIOTECA CENTRAL UNISANTOS
29 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
30 - BIBLIOTECA NÚCLEO DE PESQUISAS E PRODUTOS NATURAIS - UERJ
31 - DIRETORIA DE BIBLIOTECAS-UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
32 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
33 - BIBLIOTECA DO CEFET-CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS
34 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
35 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
36 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
37 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
38 - BIBLIOTECA CENTRAL - UNB
39 - BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
40 - BIBLIOTECA FREI EUGÊNIO DA FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO
41 - BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO
42 - BIBLIOTECA SETORIAL BIOMÉDICA
43 - BIBLIOTECA SETORIAL AGROPECUÁRIA
44 - BIBLIOTECA FERNANDO DE CASTRO MORAES
45 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
46 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
47 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
48 - BIBLIOTECA MAUÁ DA ESCOLA FEDERAL DE ENGENHARIA DE ITAJUBÁ

49 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
50 - BIBLIOTECA CENTRAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
51 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE MICROBIOLOGIA DA UFRJ
52 - BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE ESTUDOS DE EDUCAÇÃO DE IMPERATRIZ - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
53 - BIBLIOTECA DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
54 - BIBLIOTECA DO MUSEU DE ZOOLOGIA DA USP
55 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
56 - SERVIÇO DE BIBLIOTECAS DA ESCOLA POLITÉCNICA - USP
57 - BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
58 - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
59 - BIBLIOTECA CENTRAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
60 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - USP
61 - BIBLIOTECA DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS
62 - BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE BRÁS CUBAS
63 - BIBLIOTECA GEORGE ALEXANDER- INSTITUTO MACKENZIE
64 - BIBLIOTECA DA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA-UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
65 - SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
66 - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E BIBLIOTECA CARLOS BENJAMIN DE LYRA - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
67 - UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ-BIBLIOTECA CENTRAL
68 - BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
69 - BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA E MECÂNICA
70 - BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
71 - BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA E FÍSICA
72 - BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO DE AGRONOMIA
73 - BIBLIOTECA DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
74 - BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

75 - BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO DE ODONTOLOGIA
76 - BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
77 - BIBLIOTECA FRANCISCA KELLER-UFRJ
78 - SERVIÇO DE BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - USP
79 - BIBLIOTECA CENTRAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UFRJ
80 - SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO DA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES - USP
81 - SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO-FACULDADE DE DIREITO - USP
82 - SEÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO DAS FACULDADES DE ODONTOLOGIA E CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS-UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
83 - BIBLIOTECA CENTRAL DO CAMPUS DE RIBEIRÃO PRETO - USP
84 - FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA - USP
85 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE PRÉ-HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
86 - SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO E ESCOLA DE ENFERMAGEM DA - USP
87 - BIBLIOTECA DO MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
88 - BIBLIOTECA DA DIVISÃO DE BIBLIOTECAS E DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
89 - BIBLIOTECA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
90 - BIBLIOTECA CENTRAL PROF. MÁRIO COELHO DE ANDRADE LIMA - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
91 - BIBLIOTECA DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA-RJ
92 - BIBLIOTECA DA FACULDADE ANHEMBI MORUMBI
93 - BIBLIOTECA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
94 - BIBLIOTECA SETORIAL DO CCA-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
95 - BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
96 - BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-UFSC
97 - BIBLIOTECA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE-UFSC

98 - BIBLIOTECA DO CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA-UFRJ
99 - BIBLIOTECA CENTRAL 'COR JESU' - UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO
100 - BIBLIOTECA CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ-CEFET-PR
101 - BIBLIOTECA CENTRAL DA UEFS-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
102 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS DE SÃO CARLOS
103 - SERVIÇO DE BIBLIOTECA E INFORMAÇÃO IFQSC-USP
104 - BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
105 - BIBLIOTECA DE GEOLOGIA E ENGENHARIA DE MINAS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
106 - BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
107 - BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
108 - BIBLIOTECA DO DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
109 - BIBLIOTECA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UNIV. FEDERAL DE PERNAMBUCO
110 - BIBLIOTECA DE ENGENHARIA- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
111 - BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
112 - SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO-FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO-USP
113 - DIVISÃO DE BIBLIOTECAS E DOCUMENTAÇÃO - USP
114 - BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA
115 - BIBLIOTECA SETORIAL DE MATEMÁTICA-UFRGS
116 - BIBLIOTECA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFRGS
117 - BIBLIOTECA SETORIAL DA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO-UFRGS
118 - BIBLIOTECA DA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS
119 - BIBLIOTECA SETORIAL DO DEPARTAMENTO DE MICROBIOLOGIA - UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE DO SUL
120 - BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
121 - BIBLIOTECA SETORIAL DA FACULDADE DE AGRONOMIA - UFRGS

122 - BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS-UFRGS
123 - BIBLIOTECA SETORIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES-UFRGS
124 - BIBLIOTECA DO CENTRO DE ESTUDOS COSTEIROS - UFRGS
125 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE FÍSICA-UFRGS
126 - BIBLIOTECA SETORIAL DO INSTITUTO DE QUÍMICA - UFRGS
127 - BIBLIOTECA CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS - UFRGS
128 - BIBLIOTECA DA FACULDADE DE ARQUITETURA - UFRGS
129 - BIBLIOTECA DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - UFRGS
130 - BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO-UFRGS
131 - BIBLIOTECA FACULDADE DE MEDICINA - UFRGS
132 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ARTES - UFRGS
133 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS-CENTRO... - UFRGS
134 - BIBLIOTECA FACULDADE VETERINÁRIA - UFRGS
135 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS-UFRGS
136 - BIBLIOTECA FACULDADE ODONTOLOGIA - UFRGS
137 - BIBLIOTECA DA FACULDADE DE FARMÁCIA - UFRGS
138 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS - UFRGS
139 - SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA UNIV. DE SÃO PAULO
140 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE FÍSICA DA UFRJ
141 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE QUÍMICA-UFRJ
142 - SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU - UNIV. DE SÃO PAULO
143 – BIBLIOTECA SETORIAL CEH/E – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
144 – BIBLIOTECA SETORIAL CTC/A – UERJ
145 – BIBLIOTECA CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA–UERJ
146 – BIBLIOTECA ESDI–UERJ
147 – BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS–UERJ
148 – BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO BIOMÉDICO–UERJ
149 – BIBLIOTECA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS–UERJ
150 – BIBLIOTECA CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES–UERJ

151 - BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES UERJ
152 - BIBLIOTECA CAP/A-UERJ
153 - BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO BIOMÉDICO-CB/C-UERJ
154 - BIBLIOTECA SETORIAL CB/A-UERJ
155 - BIBLIOTECA CAP/A-UERJ
156 - BIBLIOTECA CENTRAL GUILHERME FIGUEIREDO-UNI-RIO
157 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO BIOMÉDICO DA UNI-RIO
158 - BIBLIOTECA DO CENTRO DE LETRAS E ARTES-UNI-RIO
159 - BIBLIOTECA SETORIAL DE ENFERMAGEM-UNI-RIO
160 - BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS-UNI-RIO
161 - BIBLIOTECA SETORIAL CRISTIANO ROÇAS-UNI-RIO
162 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RN: BIBLIOTECA CENTRAL ZILA MAMEDE
163 - USP - INSTITUTO DE QUÍMICA
164 - BIB. DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-UFRJ
165 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: DEPTO. DE FÍSICA BIB. PROF. SÉRGIO MASCARENHAS
166 - BIB. CENTRAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA
167 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO-BIB. DO DEPTO. DE MATEMÁTICA
168 - USP - INSTITUTO ASTRONÔMICO E GEOFÍSICO
169 - USP - SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DE ODONTOLOGIA
170 - USP - SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO DO INST. DE PSICOLOGIA
171 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - NÚCLEO DE BIBLIOTECAS
172 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - SEÇÃO BIBLIOTECA DE AQUIDAUANA
173 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - SEÇÃO BIBLIOTECA DE CORUMBÁ
174 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - SEÇÃO BIBLIOTECA DO NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
175 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - BIBLIOTECA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE DOURADOS
176 - BIBLIOTECA, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
177 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

178 - FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO E INST. DE ECONOMIA INDUSTRIAL - BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN
179 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
180 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
181 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
182 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
183 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
184 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
185 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/FARMÁCIA
186 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - BIBLIOTECA DO CURSO DE ODONTOLOGIA
187 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO
188 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA PROF. ETELVINA LIMA
189 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DA ESCOLA DE MÚSICA
190 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DA ESCOLA DE BELAS ARTES
191 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DA FACULDADE DE FARMÁCIA
192 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DA ESCOLA DE VETERINÁRIA
193 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DO TEATRO UNIVERSITÁRIO
194 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - SERVIÇO DE DOCUMENT. - DEPTO. DE QUÍMICA
195 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - SERVIÇO DE DOC. DA ESCOLA DE ARQUITETURA
196 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - CENTRO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS
197 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

198 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DO DEPTO. DE CIÊNCIAS POLÍTICAS
199 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DA FAC. DE MEDICINA
200 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA CENTRAL
201 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DO DEPTO. DE SERVIÇOS AOS USUÁRIOS
202 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DA FAC. DE ODONTOLOGIA
203 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA SETORIAL DO INST. DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
204 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DA FAC. DE DIREITO
205 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA PROF. CASSIO MENDONÇA PINTO
206 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA SETORIAL DO DEPTO. DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
207 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DA FAC. DE EDUCAÇÃO
208 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA CENTRAL DA FAC. DE LETRAS
209 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - BIBLIOTECA DO INST. DE GEOCIÊNCIAS

4.6 - QUESTIONÁRIO (MODELO)

PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS - PNBU
MEC/SESU
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA

Pesquisa: MODELOS ALTERNATIVOS DE EMPRÉSTIMO-ENTRE-BIBLIOTECAS

Responsável: Prof. Dr. Antonio Miranda
Assistentes: Daniel Alvarado
Márcia Martins

QUESTIONÁRIO

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1 - Nome da Biblioteca .....
1.2 - Inst. Mantenedora .....

2. ATIVIDADES DE INTERCÂMBIO

2.1 - Se a Biblioteca desenvolve atividade de **empréstimo-entre-bibliotecas**, informar a sua abrangência:
( ) Com outras bibliotecas da mesma Instituição
( ) Com bibliotecas da cidade
( ) Com bibliotecas da região/país
( ) A nível internacional
( ) Convênios especiais: com empresas, instituições, etc. (Neste caso, se possível, anexar cópia do convênio, para exame).

2.2 - Quanto à natureza da atividade:

( ) Informal
( ) Formal (neste caso, se possível anexar cópia do protocolo, convênio, ato, para exame).

2.3 - A biblioteca produz regularmente algum instrumento de divulgação de seu acervo para o empréstimo-entre-bibliotecas?
Sim..... Não..... (especifique)

2.4 - Dados sobre o volume de empréstimo:
Total aproximado de livros e monografias que a biblioteca emprestou a outras bibliotecas, em 1987:.....; em 1988.....

( ) Não empresta material a outras bibliotecas

Total aproximado de livros e monografias que a biblioteca tomou emprestado de outras bibliotecas, em 1987:..... em 1988:.....
( ) Não solicita material a outras bibliotecas.

OPINIÕES SOBRE A CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE EMPRÉSTIMO-ENTRE-BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS/ESPECIALIZADAS DO BRASIL

3.1 Considerando as necessidades dos usuários de sua Biblioteca, um sistema desse tipo entre bibliotecas universitárias, e afins será:

( ) Imprescindível
( ) Útil
( ) De uso limitado
( ) Inútil (neste caso especificar):.....
.....

3.2 - Tal sistema/serviço deverá englobar os seguintes tipos de obras:

( ) Livros e monografias nacionais
( ) Livros e monografias estrangeiras
( ) Teses
( ) Outros (especificar).....

3.3 - Qual(is) a(s) alternativa(s) de **transporte** do material:

( ) Impresso simples
( ) Impresso registrado
( ) SEDEX
( ) Malote
( ) Outra (especificar):.....

3.4 - O serviço deverá ser oferecido por:

( ) Toda e qualquer biblioteca
( ) Apenas por bibliotecas devidamente habilitadas para tal (aquelas que possuem as melhores coleções, infra-estrutura, etc.)

3.5 - O serviço deverá ser oferecido para:

( ) Toda e qualquer biblioteca
( ) Bibliotecas cujas especialidades se assemelham
( ) Bibliotecas que tenham compromisso com o sistema de empréstimo-entre-bibliotecas.

3.6 - Assinale os principais problemas e dificuldades para a implantação do empréstimo-entre-bibliotecas.

( ) Os direitos autorais
( ) O livro como "material permanente"
( ) Baixo grau de confiabilidade nos serviços postais
( ) Pagamento do serviço
( ) Despreparo dos profissionais
( ) Coleções deficientes
( ) Falta de infra-estrutura operacional (pessoal, administração instalações)
( ) Possibilidade de perda do livro
( ) Ausência de experiência e tradição de intercâmbio
( ) Repetitividade dos acervos
( ) Barreiras institucionais
( ) Demora no atendimento dos pedidos
( ) Outros (especificar)

3.7 - Assinale as principais variáveis que devem ser consideradas para a criação de um eficiente Serviço de Empréstimo entre Bibliotecas.

( ) Criação de instrumento para divulgação dos acervos de livros e monografias e sua localização
( ) Desenvolvimento de estudo específico sobre Empréstimo entre bibliotecas como é o caso desta pesquisa
( ) Estabelecimento de programas de seleção coordenada/aquisição planificada
( ) Maior espírito cooperativista do bibliotecário

( ) Maior confiabilidade nos serviços postais
( ) Possuir um baixo custo
( ) O crescimento da base de dados bibliográficos BIBLIODATA
( ) A necessidade de aumentar o empréstimo de livros entre bibliotecas em função da interdisciplinaridade da pós-graduação.
( ) Outros (especificar)

3.8 - Os custos do serviço deveriam ser

( ) Pagos integralmente pelos usuários e/ou por suas instituições
( ) Pagos pelos usuários com subsídios cobertos por agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação
( ) Inteiramente grátis, com os custos cobertos pelas bibliotecas que servem aos usuários

3.9 - Comentário pessoal/sugestão

. . . . . .
. . . . . .
. . . . . .

4.0 Solicitamos que o presente questionário seja devolvido até o dia..../..../.....
Favor enviar para o seguinte endereço:
Sr. Daniel Alvarado
W/3 Q. 508 sul
Caixa Postal. 07-0233
70358 - Brasília, DF

_____

Nome do Informante

5. ANTEPROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO-ENTRE-BIBLIOTECAS (MEC/SESU/PNBU-SENEB)

5.1 - Introdução

É considerável (ainda que proporcionalmente precário) o acervo bibliográfico de monografias estocado em nossas bibliotecas universitárias e especializadas, constituindo um patrimônio diversificado mas, ao mesmo tempo, disperso em milhares de instituições.

Mesmo com a implantação de um número significativo de bibliotecas centrais universitárias nos novos **campi universitários**, tanto em universidades federais, como nas estaduais e privadas, o perfil médio de nossas bibliotecas é o de uma biblioteca setorial, com acervo inferior a 30.000 volumes.

A tradição universitária brasileira, centrada mais nos cursos estanques contrapõe-se à tendência modernizadora da interdisciplinaridade e da cooperação inter-universitária, esta última promovendo intercâmbio de professores e alunos e propiciando o desenvolvimento integrado (inter-institucional) de programas de ensino e pesquisa multidisciplinares.

A polêmica "centralização x descentralização" que animou os debates da comunidade acadêmica em geral, e os foros bibliotecários em particular, durante a década de 70, vem cedendo espaço para a questão da criação de redes e sistemas universitários mais amplos, visando o compartilhamento global de recursos. O universo do conhecimento e a experiência da população acadêmica e científica convergem para a intimidade e o convívio, sem barreiras, graças a programas de integração em bases de dados, disseminação seletiva da informação, comutação bibliográfica, correio eletrônico, com seus desdobramentos positivos na intensificação do uso dos serviços existentes e na reciclagem e aperfeiçoamento de recursos humanos.

A modernização da infra-estrutura de nossas universidades - através da instalação de sofisticados sistemas administrativos, com equipamentos de grande e pequeno porte - nem sempre teve a correspondente contra-

partida e atualização no campo dos serviços bibliotecários, apesar de significativas exceções ou exemplos isolados.

Os acervos continuam limitados em quantidade e praticamente inacessíveis, salvo para o público local. Cabe ressaltar, no entanto, o progresso no desenvolvimento de sistemas integrados de bibliotecas nas diversas universidades, como forma de facilitar o intercâmbio a nível institucional.

As bibliotecas universitárias são reconhecidamente pobres no tocante a acervos e serviços. Tais acervos, nem sempre devidamente selecionados e catalogados, são mínimos, muitas vezes desatualizados, crescendo de forma isolada, em ritmo inferior ao crescimento da demanda. Vale também frisar o fato de que nossas aquisições de monografias privilegiaram quase sempre o ensino, notadamente através de livros-textos, deixando pouco lugar para as obras que devem constituir o "lastro" retrospectivo do saber nas áreas de especialização, assim como as obras correntes, recentes, imprescindíveis ao acompanhamento do avanço dos conhecimentos.

Criou-se entre nós a falsa assertiva de que os livros são para graduação, enquanto os periódicos são para a pós-graduação. Contrariamente a esta falsa dicotomia, existem títulos de periódicos de interesse geral da graduação e, no tocante aos livros, aqueles direcionados para públicos avançados e especialistas.

É impossível afirmar qual é a totalidade do acervo de monografias em nossas bibliotecas universitárias, muito menos a sua qualidade e extensão, sua adequação aos programas de ensino e pesquisa.

5.5.1 - O **universo bibliográfico**

O **guia de Bibliotecas Universitárias Brasileiras,** publicado pela Assessoria de Planejamento Bibliotecário da CAPES/MEC, em 1979, compilou dados sobre os acervos. Aquela memorável edição não teve o cuidado de elaborar uma tabela global das coleções, tarefa que empreendemos a **posteriori** no afã de conhecer as suas características e, comparado com levantamentos posteriores, conhecer sua possível evolução.

Cabe ressaltar, porém, que os dados ali constantes são precários, imprecisos, não raras vezes inconsistentes, na medida em que ainda não temos uma adequada normalização de procedimentos para a coleta e tratamento de dados estatísticos. Em conseqüência, os números apresentados a seguir são relativos, aproximados. Por exemplo, não ficou claro o que é entendido por "livro" (umas vezes inclui todo tipo de monografias: livros, folhetos, teses, relatórios, etc - outras vezes somente obras com

mais de 50 páginas); nem sempre as bibliotecas especificam a quantidade de obras não catalogadas, conseqüentemente, todas são dadas como processadas.

Não obstante tais dificuldades, os dados podem servir-nos de parâmetro para medir a extensão e a profundidade relativa dos acervos de nossas bibliotecas universitárias.

ACERVO GERAL DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS
ANO 1979

REGIÕES	LIVROS	%	CATALOGADOS	%	NÃO CATALOGADOS	%	FOLHETOS	%
Norte	132.252	1.8	108.976	1.8	23.276	1.7	7.485	1.7
Nordeste	1.377.119	18.6	1.070.695	17.8	306.424	22.3	65.355	15.2
Centro Oeste	576.879	7.8	452.814	7.5	124.065	9.0	-----	---
Sudeste	3.735.808	50.5	3.118.529	51.8	617.279	44.9	281.379	65.4
Sul	1.565.585	21.2	1.163.030	21.0	302.555	22.0	76.201	17.7
Total	7.387.643		6.014.044		1.373.599		430.420	

Fonte: Guia de Bibliotecas Universitárias Brasileiras, 1979.

As conclusões de uma leitura ainda que superficial da tabela apontam para o óbvio:

- a **pobreza** do acervo com menos de 4 livros por usuário potencial quando deveríamos estar oferecendo 3 a 4 vezes mais, segundo os padrões mínimos recomendados pela UNESCO para os países em desenvolvimento;

- a **concentração** dos acervos nas regiões Sudeste (50%) e Sul (21%);

- quase 20% do acervo **não está processado** (provavelmente bem mais do que isso, porquanto as estatísticas disponíveis não são suficientemente explícitas sobre a questão).

De acordo com outro estudo que realizamos em 1977, a proporção de livros/títulos nas universidades era de 2x1, isto é, para cada título existem, em média, dois exemplares disponíveis. Se esta proporção ainda se mantém (não há estudos posteriores disponíveis para elucidar a dúvida) o

universo de títulos cairia para menos de 4 milhões de títulos se estivessem em apenas duas bibliotecas. Como estão distribuídos em 426 bibliotecas, segundo o estudo da CAPES, pode-se especular que o número verdadeiro de títulos deve cair para menos de 1.000.000, número impossível de conhecer em virtude de não contarmos com um catálogo coletivo nacional de monografias amplo e atualizado. Por exemplo, o Bibliodata, da FGV, ainda não atingiu 250.000 títulos.

O estudo mais recente relativo ao acervo de nossas bibliotecas foi realizado em 1988 por Chastinet, Coordenadora do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (Mec/Sesu/PNBU), cobrindo o período 1985-88. A autora teve as mesmas dificuldades para a obtenção de dados, utilizando-se de estatísticas disponíveis no próprio PNBU. O estudo ficou restrito aos dados de 33 IFES (o questionário fora enviado a 48 IFES).

Segundo a autora as bibliotecas das IFES "somam um acervo de 6,5 milhões de livros" (CHASTINET, 1988:1), coleção insignificante se comparada com os onze milhões nas cem bibliotecas setoriais de Harvard. A maior coleção brasileira - a da USP -, chegaria apenas aos 1.200.000 volumes, seguida da UFRJ com 750.000 volumes.

"A atual média de volumes por alunos é de 19,93 considerando 47 das 50 IFES. A média varia de 6 (UFRPe) a 82,7 (ESAM). Apesar, 7 IFES apresentam média superior a 30 volumes por aluno e 10 IFES apresentam média inferior a 10. A maior concentração se localiza em 18 IFES, com média entre 10 e 20" (CHASTINET, 1988:2).

Os dados são apresentados na Tabela seguinte:

MÉDIA DE VOLUMES POR ALUNO

IFES	MÉDIA ATUAL DE VOL. POR ALUNO	NÚMERO ATUAL DE VOLUMES
UFRPE	6	28.136
UFGO	6.8	62.428
UFRN	7	141.463
FURG	7.3	30.432
UFF	9	137.613
UFPA	9.7	138.763
UFES	9.7	88.733
UFSM	10	86.904
FMTM	10	4.343
UFPI	10	82.050
UFJF	10.5	66.359
EFOA	10.8	9.615
UFAL	11	70.000
UFCE	12	167.423
FCMPA	12.4	7.207
EFEI	12.5	17.000

FCAP	13	10.000
UFSE	13.8	76.048
UFU	15	99.960
UFMA	15.4	95.834
CENTEC/BA	15.6	10.972
UFRRJ	16	51.273
UFSC	16	195.000
UFPR	18.4	264.903
UFPB	19	244.466
ESAL	19	28.700
UFPEL	19	100.947
UNIRIO	19.9	45.763
UFPE	21	291.475
CENTEC/PR	21	21.932
UFAC	21	41.058
UFMT	21.9	141.535
UFSCar	22.7	54.763
UFMS	23	119.624
EPM	23.5	25.000
CEFET/MG	25.5	20.000
CEFET/RJ	27.2	20.517
FAFEOD	27.5	4.923
UFAM	28	210.124
UFBA	28.4	451.344
UFMG	30.6	500.000
UFOP	31.6	66.167
UFV	32.5	139.376
UFRGS	38	615.292
UFRJ	38.95	743.640
UNB	56.5	493.308
ESAM	82.7	28.042
TOTAL		6.498.195

Um quadro auxiliar, considerando os dados de acervo bibliográfico mostra a variação na distribuição do referido acervo das IES, segundo a média:

MÉDIA DE VOLUMES DE LIVROS POR ALUNOS

N. DE IFES	Variação da Média
10 (a)	até 10
18 (b)	de 10.1 a 20
12 (c)	de 20.1 a 30
5 (d)	de 30.1 a 40
1 (e)	acima de 40

a = UFPA, UFSM, UFES, UFGO, FMTM, UFRN, UFPI, UFRPe, FURG
b = UFSC, UFPr, UFPb, UFCe, EFEI, UFJF, UFAL, UFRRJ, FCMPa,UFU, UFMA, FCAP, CENTEC/BA, UFSe, ESAL, EFOA, UNIRIO, UFPel
c = UFBa, UFPe, UFAM, UFMS, CEFET/pr, UFSCar, UFAC, UFMT, FAFEOD, CEFE/MG, CEFET/RJ, EPM
d = UFRGS, UFMG, UFV, UFOP, UFRJ
e = UNB, ESAM

Fonte: CHASTINET, 1988

Segundo CHASTINET (1988:2) a média africana, na década de 70, era de 50, considerada baixa pela UNESCO, que recomendou a meta de 75 volumes por estudante para a década de 80. Na linha de raciocínio da proposta da UNESCO, segundo a autora, o Brasil terá que quadruplicar o atual acervo de suas bibliotecas universitárias, o que ela considera "inviável, (não somente) pela impossibilidade das bibliotecas absorverem tal quantidade de livros. A infraestrutura das bibliotecas (pessoal, mobiliário, espaço físico), de uma maneira geral, já é deficiente em relação ao acervo atual" (CHASTINET, 1988:2-3)(**).

Uma das soluções imediatas - aliada à necessidade peremptória de investimentos crescentes no desenvolvimento e renovação do acervo - seria o intercâmbio bibliográfico em todas as suas modalidades: a troca de duplicatas, a comutação bibliográfica ampliada (incluindo capítulos de livros, teses, jornais, relatórios, etc) e o empréstimo entre bibliotecas, além de doações e permutas de publicações institucionais.

O intercâmbio não apenas estaria justificado em face da pobreza generalizada dos acervos mas, sobretudo, como forma de garantir um retorno mais equitativo e democrático dos investimentos bibliográficos mas também ainda como mecanismo para reforçar (e justificar) a existência de programas de aquisição e cooperativas.

Em outras palavras, não seria o caso apenas de aumentar as estatísticas de volumes dos acervos mas sim, principalmente, de ampliar o número de títulos e expandir o seu uso, para o que um serviço de empréstimo-entre-bibliotecas é fundamental.

(*) BRASIL. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior. **Guia de bibliotecas universitárias brasileiras** Brasília, DF, MEC/CAPES, 1979

(**) CHASTINET, Yone. **Bibliotecas das instituições federais de ensino superior: remontar ou desmontar?** Brasília, Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias, 1988. 12p.

5.1.2 - **Sistemas descentralizados x centralizados**

O ideal seria que toda biblioteca possuidora de um item demandado por usuário de qualquer lugar do país (e mesmo de outros países) pudesse emprestá-lo. Assim recomenda a prática internacional, sobretudo a dos países mais desenvolvidos, onde funcionam as redes eletrônicas de intercâmbio catalográfico e documentário (exs. OCLC, RLIN, etc).

Nos Estados Unidos operam redes de intercâmbio, com uma intensa movimentação de seus acervos entre as partes, facilitada pelo mecanismo do correio eletrônico. A existência do referido mecanismo facilitador das transações não implica necessariamente na configuração de um sistema propriamente dito. As partes estabelecem suas próprias regras e normas de intercâmbio, suas responsabilidades recíprocas, cabendo à rede tão-somente propiciar o canal de comunicação eletrônica e a elaboração de estatísticas de movimentação.

O exemplo norte-americano é o da **descentralização**, consubstanciada numa tradição de iniciativas unilaterais, entre as partes interessadas, sem a necessária coordenação de um órgão central.

No âmbito britânico o modelo escolhido foi o da **centralização** operacional, através do atendimento de uma imensa coleção bibliográfica, valendo-se de coleções complementárias ("back up libraries") somente quando não for possível o atendimento central.

O modelo proposto no presente anteprojeto é o **semicentralizado**, através da seleção de um conjunto de bibliotecas fornecedoras mais aptas para o atendimento da demanda, numa primeira etapa. A médio prazo, mediante a ampliação gradativa do número de bibliotecas fornecedoras pretende-se chegar ao modelo **semi-descentralizado**, da forma mais ampla possível.

Descartou-se a possibilidade de adoção dos modelos centralizado e descentralizado baseado na hipótese de que o Brasil não teria condições de financiar a montagem de uma grande biblioteca central fornecedora nem para desenvolver uma infra-estrutura de comunicações e controle de qualidade para interligar, a curto prazo, todas as unidades bibliotecárias prevista no âmbito do serviço de intercâmbio nacional.

(Vale ressaltar que o modelo descentralizado norte-americano, cujo sucesso depende fundamentalmente da rede em linha e da tradição de intercâmbio inter-bibliotecário sofre dificuldades inerentes à falta de padronização e da ausência de uma sistematização de procedimentos, como já existe no COMUT. O tempo que os norte-americanos ganham mediante o uso de mecanismos de comunicação expeditos (correio eletrônico, telefax, etc) perdem em parte depois devido às dificuldades para destrinchar as re-

gras próprias de cada biblioteca no tocante aos procedimentos de atendimento, restrições para envios externos, formas próprias de pagamento, questões que o COMUT já superou no Brasil e cuja experiência serviria para a implantação do SENEB).

5.1.3 - **Unicidade dos serviços**

Os serviços de comutação e de empréstimo-entre-bibliotecas, nos limites do presente Anteprojeto, deverão manter as suas identidades próprias - respectivamente sob as denominações de COMUT e SENEB.

Em verdade, os mecanismos operacionais, de acordo com a prática internacional, são independentes, com características diferenciais nítidas. Assim funciona em várias universidades norte-americanas em virtude das peculiaridades de tratamento e manuseio de materiais, dos fluxos e controles apropriados.A comutação bibliográfica centra seu atendimento no provimento de cópias enquanto que o empréstimo movimenta o original; no primeiro caso, a operação é num só sentido, no segundo engloba a comunicação dupla de "ida e volta" do documento.

Embora separados para facilitar a sua operacionalização, o planejamento e a administração geral de ambos serviços devem ser unificados para garantir maior organicidade, sistematização e racionalização de procedimentos, garantindo ao usuário maior flexibilidade e comodidade, maiores opções de busca simultânea.

Formulários e normas, meios de comunicação e formas de pagamento deverão ser unificados ainda que a operacionalização permaneça em seu paralelo.

5.2 - OBJETIVOS DO SENEB

5.2.1 - **Objetivo Geral**

- Desenvolver a infra-estrutura de acesso ao documento primário, em bases cooperativas, no âmbito das bibliotecas integrantes do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias-PNBU, que servem à pesquisa e ao ensino.

5.2.2 - **Objetivos específicos**

- Garantir o empréstimo-entre-bibliotecas universitárias cujos acervos estejam arrolados pelo controle bibliográfico correspondente (de Bi-

bliotecas e outros bancos de dados bibliográficos especializados disponíveis).

- Expandir a capacidade de comunicação e atendimento da comutação bibliográfica como parte integral de uma política mais abrangente de intercâmbio documentário.

- Implantar uma rede de comunicações para garantir a rapidez, a segurança e a eficiência na tramitação de pedidos e atendimento das solicitações de intercâmbio, comutação e empréstimo documentários.

- Consolidar um Fundo de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura nacional de acesso ao documento primário.

5.3.0 – ESTRUTURA DO SERVIÇO NACIONAL DE EMPRÉSTIMO-ENTRE-BIBLIOTECAS

5.3.1 – **Considerações preliminares**

O SENEB funcionará junto ao PNBU ou em instituição por este designada, podendo-se estudar a possibilidade de vir a ser incorporado ao COMUT. Em qualquer circunstância deverá ter personalidade própria, com procedimentos específicos e pessoal dedicado para garantir a sua operacionalização e eficácia.

A exemplo do COMUT, deverá ter uma estrutura central leve, mínima, considerando-se que o grosso de suas operações será desenvolvido a nível semicentralizado, ou seja, entre as bibliotecas fornecedoras do serviço e as bibliotecas solicitantes.

A estrutura básica do SENEB será a seguinte:

5.3.2 – **Fundo de Apoio do Intercâmbio Documentário**

O centro gravitacional do novo sistema de intercânbio documentário entre as instituições de ensino e pesquisa no Brasil será o Fundo econômico e financeiro. Sem ele não será possível garantir a operacionalidade prevista no Anteprojeto.

A cooperativa do COMUT-SENEB deverá ser independente do ponto de vista administrativo e financeiro, gerenciado por uma Secretaria eleita pelas próprias instituições patrocinadoras e cooperantes.

O Fundo será constituído com recursos provenientes de:

a) pagamento de taxas de participação das bibliotecas que integram o COMUT e o SENEB, de acordo com os volumes de pedidos previstos, assim como dos pagamentos de serviços que extrapolem os volumes previstos nas taxas mínimas;

b) pagamento de indenizações por perdas e danos de materiais emprestados e multas por atrasos;

c) contribuições de agências governamentais de fomento ao desenvolvimento do ensino, ciência e tecnologia tais como a FINEP, o CNPq, o MEC/SESU e CAPES, FAPESP, etc.

d) doações de fundações e empresas privadas, ao abrigo da Lei 7.205 ("Lei Sarney");

e)recursos provenientes de convênios e acordos com organismos internacionais e inter-governamentais de fomento à educação, à pesquisa e à cultura.

O Fundo deverá ser autônomo, independente das instituições patrocinadoras do SENEB/PNBU e COMUT, para garantir flexibilidade na sua gestão administrativa, sob o controle direto das próprias bibliotecas solicitantes e fornecedoras, mediante representação proporcional e legal, embora as agências financiadoras tenham participação minoritária.

O mais adequado seria que se constituísse em uma sociedade civil, sem fins lucrativos, para gerir o Fundo, inclusive com a possibilidade de aplicar os recursos no mercado financeiro (*).

Uma sociedade civil poderia ser mais agressiva, independente da pauta operacional do SENEB, preocupada exclusivamente com a capitalização da cooperativa.

Os recursos necessários poderiam ser buscados não somente através das quotas de participação das Bibliotecas Solicitantes mas, sobretudo, de contribuições de organismos governamentais e não governamentais internacionais e governos estrangeiros (UNESCO, agências internacionais de cooperação, fundos específicos para ajuda a países em desenvolvimento, etc.), de entidades do próprio governo brasileiro interessadas no desenvolvimento técnico-científico. Também é possível obter doações de empresas e firmas industriais, nacionais e multinacionais, dependendo da capacidade de mobilização das entidades responsáveis pelo SENEB.

(*) Uma das principais causas da presente crise do COMUT foi o rompimento do convênio com a ABDF (que garantia autonomia no procedimento contábil e financeiro), obrigando o recolhimento de taxas e pagamentos de serviços às bibliotecas via Tesouro Nacional. Destarte, ficou impossível garantir a aplicação dos recursos no próprio COMUT, alongaram-se excessivamente os prazos de pagamento e perdeu-se a possibilidade de aplicar os recursos, tornando-os totalmente vulneráveis à espiral inflacionária. Com o sistema atual de "controle" contábil as perspectivas do COMUT são sombrias. Conseqüentemente, a proposta do SENEB tem a intenção de garantir ao novo programa uma solução ao problema, possível de ser extensivo ao próprio COMUT.

É fundamental a criação de um Fundo de capitalização para o serviço. Não é possível depender exclusivamente do Governo nem tampouco dos usuários o financiamento dos serviços de intercâmbio. A pesquisa e o desenvolvimento cutural e tecnológico não são responsabilidades apenas dos cientistas e acadêmicos mas de toda a sociedade, à qual cabe dar também a sua contribuição, da forma mais abrangente e decisiva.

O Governo coloca as dificuldades crônicas da falta de recursos, do perigo constante de descontinuidade e de intervenção além de recolher pagamentos a uma conta da União, sem direito de usufruto específico. Por outro lado, os custos gerais de um serviço dessa natureza extrapolam a capacidade econômica dos usuários, tornando-se imperativo investimentos e incentivos públicos ou privados para viabilizar o serviço(*). No atual quadro institucional e jurídico brasileiro a criação do fundo propiciaria uma gestão mais flexível e autônoma, ao nível da iniciativa privada, de cunho empresarial, ainda que de interesse social exclusivo.

5.3.2.1 - **Conselho Diretor do Fundo**

A estrutura definitiva do Conselho Diretor estará na dependência do modelo final a ser adotado pelo SENEB e das forças e entidades que contribuírem para a sua consolidação.

Uma análise das experiências semelhantes - guardadas as proporções e as finalidades - como são os exemplos do OCLC e do Bibliodata, recomenda a **participação no processo decisório** dos representantes legítimos das bibliotecas fornecedoras e solicitantes, em igualdade de posição com os representantes das agências e empresas patrocinadoras dos serviços.

A título de exemplo, a constituição do Conselho Diretor poderia ser (salvo melhor proposta):

a) Presidente - eleito pelos próprios membros, a menos que existam razões estratégicas para a indicação de um nome pelas próprias agências patrocinadoras do Fundo.

1) representante do COMUT;

2) representante do SENEB;

3) representante das bibliotecas do Norte;

(*) Cabe também frisar que, optando-se pelo serviço na esfera de Governo seria impossível, do ponto de vista legal, obter recursos sob o amparo da Lei Sarney.

4) representante das bibliotecas do Centro-Oeste;
5) representante das bibliotecas do Nordeste;
6) representante das bibliotecas do Sudeste;
7) representante das bibliotecas do sul;
8) representante da FINEP;
9) representante do CNPq;
10) representante do IBICT;
11) representante do PNBU;
12) representante do MEC (CAPES ou SESU);
13) representante das agências privadas de fomento;

Os representantes do COMUT e SENEB terão direito a voz mas não a voto no processo deliberativo e decisório.

A indicação dos representantes das bibliotecas será feita por **eleição direta** a partir de candidaturas colocadas pelas próprias bibliotecas, com mandato de dois anos, com direito a uma única re-eleição para garantir a rotatividade dos membros.

5.3.3 - Bibliotecas Fornecedoras

Para os efeitos do teste-piloto do presente Anteprojeto, serão credenciadas um mínimo de 10 (dez) e um máximo de 12 (doze) bibliotecas com o objetivo de oferecerem o serviço de empréstimo-entre-bibliotecas a nível nacional, a saber:

- 1 na região Norte
- 1 na região Centro-Oeste
- 2 na região Nordeste
- 4 na região Sudeste
- 2 na região Sul

para o atendimento semi-centralizado dos pedidos.

Por "biblioteca" entenda-se tanto uma unidade bibliotecária isolada quanto um centro coordenador de bibliotecas de universidade ou instituição de pesquisa, desde que cumpridos os critérios básicos para a sua escolha, a saber:

- **amplitude** do acervo, isto é, possuir coleção interdisciplinar ou especializada a mais abrangente possível, desde que armazenada em unidades próximas e factíveis de localização expedita;

- **controle bibliográfico** efetivo de seu acervo, seja pela sua participação em programa de catalogação cooperativa (ex. o Bibliodata) ou

próprio, mas disponível para consulta por parte da maioria dos usuários potenciais do SENEB;

- **infra-estrutura mínima** para o atendimento "extra-muros", em termos de recursos físicos e humanos;

- **interesse explícito** de participar do SENEB, de preferência por candidatura espontânea, devidamente ratificada pelas instâncias hierárquicas institucionais superiores.

A avaliação do cumprimento dos critérios será feita por especialistas convidados pelo PNBU, mediante pareceres próprios, cabendo o credenciamento definitivo ao Conselho Deliberativo do PNBU e a sua formalização através de convênio de prestação de serviços com a biblioteca fornecedora e/ou IFES correspondente.

Às Bibliotecas Fornecedoras estarão assegurados:

- pagamentos adequados pelos empréstimos efetuados a terceiros por parte do Fundo do SENEB, mediante cobrança às bibliotecas solicitantes, podendo estas últimas cobrarem diretamente de seus usuários e/ou cobrirem os referidos custos através de projetos e programas específicos, a seu critério;

- garantias legais e seguros adequados para os empréstimos temporários de seu patrimônio bibliográfico, responsabilidade precípua contratual com as bibliotecas solicitantes, com o aval do Fundo do SENEB;

- incentivos econômicos eventuais para o desenvolvimento dos acervos, para melhoria de sua infra-estrutura de atendimento e/ou qualificação do pessoal envolvido na prestação do serviço de intercâmbio(*).

5.3.4 - Bibliotecas Solicitantes

No âmbito da implantação do Projeto-piloto previsto no presente Anteprojeto , serão consideradas Bibliotecas Solicitantes, com o necessário aval do SENEB/PNBU, somente as bibliotecas participantes do programa cooperativo, em dia com o pagamento de suas taxas de participação e com o cumprimento regular de suas cláusulas contratuais junto ao SENEB.

O ingresso na cooperativa de serviços do SENEB exige da Biblioteca Solicitante cumprir as seguintes exigências:

(*) Seria possível montar, por iniciativa do PNBU, uma política de seleção coordenada e de aquisição cooperativa entre as Bibliotecas Fornecedoras, independentemente do (mas motivado pelo) SENEB, a exemplo do que ocorre em países onde as redes de serviços encontram-se mais avançadas. Conseqüentemente, seria possível definir que bibliotecas ficariam, em princípio, responsáveis por literatura especializada em determinados temas, quem coleciona certos tipos de materiais e de que regiões do mundo, facilitando a vocação e identidade das nossas bibliotecas no futuro.

- Assinatura de contrato com o SENEB acatando as responsabilidades previstas nos regulamentos específicos relativos à conservação, segurança e indenização próprias dos empréstimos inter-bibliotecários, assim como as normas legais inerentes às questões de patrimônio e direito autoral;

- pagamento de taxa mínima, cujos valores e prazos serão oportunamente definidos, que constituirá parte do Fundo do SENEB, necessário para o pagamento dos serviços às Bibliotecas Fornecedoras.

Os contratos estipularão os volumes de empréstimos a que terão direito as Bibliotecas Solicitantes, cabendo a estas pagamentos adicionais por:

a) solicitações além do máximo estipulado no contrato;

b) nos casos de extravios, não devolução, perdas e crimes contra o patrimônio bibliográfico das Bibliotecas Fornecedoras sob sua responsabilidade.

Pode-se estudar a eventualidade de serem estipuladas categorias de contratos de uso segundo volumes em empréstimo, para atender os interesses de pequenas, médias e das grandes bibliotecas, no sentido da eficiência e da economicidade.

5.3.5 - Secretaria Executiva do SENEB

A exemplo do COMUT, seria criada a Secretaria Executiva do SENEB, com as responsabilidades de:

a) realizar o planejamento e a avaliação contínua dos serviços do SENEB a serem submetidos à aprovação do Conselho Diretor do SENEB;

b) executar as tarefas encomendadas pelo Conselho Diretor do SENEB, inclusive aquelas relativas ao acompanhamento técnico, treinamento de operadores do sistema, supervisão de operações a nível das Bibliotecas Fornecedoras, etc;

c) tramitar os pedidos encaminhados pelas Bibliotecas Solicitantes, após consulta ao Bibliodata e a outras fontes bibliográficas, às Bibliotecas Fornecedoras;

d) encaminhar à Administração do Fundo SENEB (eventualmente acumulada na própria Secretaria executiva do SENEB) as faturas de resgate para os efeitos de pagamentos às Bibliotecas Fornecedoras e a outros eventuais prestadores de serviço;

e) vender cheques-empréstimo no caso do Fundo assim determinar;

f) desenvolver cadastros e elaborar estatísticas e relatórios técnicos correspondentes ao desempenho do serviço.

ORGANOGRAMA DO SERVIÇO DE ACESSO AO DOCUMENTO PRIMÁRIO(*)

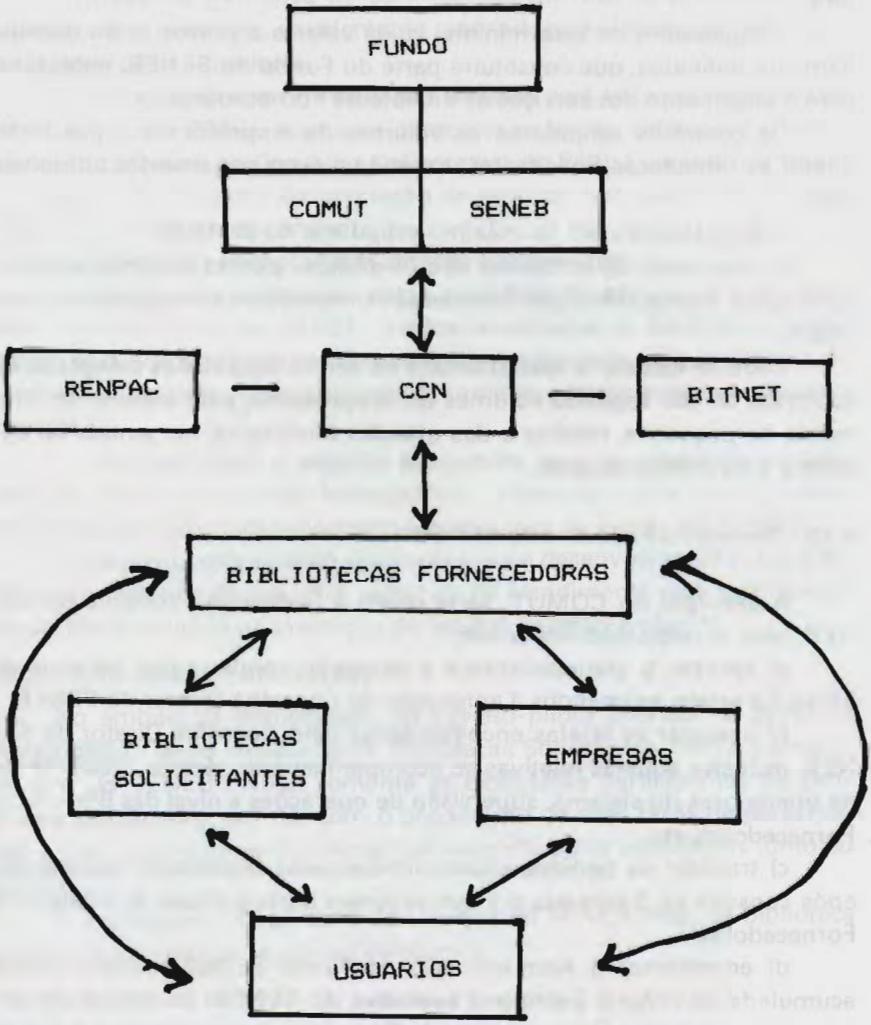

FIG. 5

(*) Organograma conceitual das relações entre os elementos constitutivos do SENEB, não especificando necessariamente suas implicações hierárquicas e de poder, sujeitas estas à discussão e definição conseqüentes.

5.4 - MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO SENEB

5.4.1 - Forma de Pagamento

A **taxa mínima** deverá ser paga anualmente pelas Bibliotecas Solicitantes. O cálculo de seu custo deverá incluir fatores tais como:

a) o porte do correio ou do malote;
b) um percentual pelo uso da embalagem (a ser definido);
c) um percentual relativo ao seguro pelo item emprestado;
d) e um índice (a ser definido) correspondente ao preço do empréstimo propriamente dito.

Não serão computados os custos de "papelaria", do correio eletrônico e de pessoal responsável pelo "handling" (a serem cobertos pelo Fundo do SENEB/COMUT e pela contrapartida das Bibliotecas Fornecedoras).

Caso os custos excedam valores considerados compatíveis com o poder aquisitivo dos usuários será possível reduzir os preços mediante alocação de subsídios outorgados pelo Fundo COMUT-SENEB, ou diretamente por projetos específicos de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de recursos humanos(*).

O pagamento da taxa dará à Biblioteca Solicitante o direito a receber de volta aproximadamente 70% de seu valor em cheques válidos para a solicitação de empréstimo às Bibliotecas Fornecedoras. Pretende-se que os cheques correspondam ao número de solicitações (empréstimos) pretendidos pelas bibliotecas e serão utilizáveis apenas no seu prazo de validade. Os 30% do valor da taxa serão utilizados na manutenção do SENEB.

(*) Nos EEUU muitas bibliotecas universitárias e públicas não cobram os serviços de empréstimo, dentro de certos limites, aos usuários institucionais (alunos, professores, pesquisadores, etc). O limite costuma ser a capacidade de atendimento da própria biblioteca de acordo com suas quotas de participação (variando com as taxas pagas) aos serviços de redes de intercâmbio (RLIN, OCLC,AMIGOS, etc). Pedidos além desses limites mínimos correm por conta, integralmente, dos usuários.

Os orçamentos das bibliotecas norte-americanas têm rubricas próprias para o pagamento de taxas de serviços, o que não acontece (ainda) no Brasil, sobretudo nas bibliotecas do âmbito federal. A situação seria mais simples no que se refere às bibliotecas de empresas e da iniciativa privada.

5.4.2 - **Controle bibliográfico**

As coleções das Bibliotecas Fornecedoras deverão constar, sine qua non, do catálogo BIBLIODATA e de outras fontes referenciais (catálogos de teses, de materiais especiais, etc) ao alcance das Bibliotecas Solicitantes e dos usuários em geral.

O **acesso** aos dados do Bibliodata poderá ser **direto** no caso da Biblioteca Solicitante optar pela instalação de um terminal apropriado (via RENPAC); caso contrário, deverá remeter o pedido à Secretaria Executiva do SENEB que o reencaminharia à Biblioteca Fornecedora correspondente.

O Bibliodata é ainda bastante limitado em sua cobertura (arredor de 250.000 entradas em setembro de 1989) mas as Bibliotecas Fornecedoras seriam incentivadas a entrarem, em caráter urgente e prioritário, seus acervos no referido banco de dados a fim de tornarem público tais informações.

A entrada de dados das Bibliotecas Fornecedoras no BIBLIODATA poderia constituir-se em fator decisivo para expansão do referido programa.

Parte-se da premissa de que o Bibliodata terá mais sucesso na medida em que supere as atuais funções de controle bibliográfico e de cooperativa de catalogação cooperativa para tornar-se fonte de consulta no processo de acesso aos documentos, tal como indica a experiência internacional.

5.4.3 - **Correio Eletrônico**

As comunicações em linha entre as bibliotecas usuárias do SENEB ocorrerão através da RENPAC/BIBLIODATA (para a localização de itens bibliográficos no Bibliodata, da FGV) e do BITNET (para a formulação dos pedidos), para os efeitos do empréstimo-entre-bibliotecas.

(Para acessar o COMUT, o uso da RENPAC/CCN e do BITNET cumpririam a mesma função).

5.4.3.1 - RENPAC/BIBLIODATA

A FGV já vem orientando as bibliotecas participantes de seu sistema de catalogação cooperativa no sentido de instalarem terminais(ou microcomputadores com programas simuladores de terminal) para a interconexão com o Bibliodata.

As especificações técnicas serão negociadas com a FGV para os efeitos da interconexão das BF e BS, além da Secretaria Executiva do SENEB com o Bibliodata.

Caberia também estudar a possibilidade do desenvolvimento de uma **planilha eletrônica** ou **formulário de pedidos** em linha para o SENEB/COMUT, compatível com o formato do formulário da IFLA (o que permitiria, em etapa posterior, sua interligação com o OCLC e com outros fornecedores estrangeiros).

Os custos de uso da RENPAC, ao que tudo indica, são elevados, sobretudo para consultas ao Bibliodata em horário comercial, devido aos altos custos das tarifas telefônicas. Formas alternativas de consulta (sistema pergunta-resposta ao Bibliodata, a posteriori; comunicações em horários noturnos, etc) poderão ser estudadas para baratear os custos.

É possível que, durante os primeiros anos da década de 90, o catálogo do Bibliodata venha a estar disponível em cópia magnética tipo CD–ROM, mediante assinatura por parte das bibliotecas, o que facilitaria a consulta (ainda que não plenamente atualizada).

Acredita-se que tais meios de comunicação de dados - seja em linha, seja via discos magnéticos venham a estar ao alcance das grandes e médias bibliotecas nos próximos anos, viabilizando a modernização dos meios de comunicação dos serviços de informação. Às pequenas bibliotecas estará a possibilidade de valer-se 'o auxílio das bibliotecas médias e grandes de sua área ou consultar diretamente a Secretaria Executiva do SENEB (para os efeitos do empréstimo-entre-bibliotecas) e do COMUT (para os efeitos da comutação bibliográfica), como intermediárias dedicadas.

5.4.3.2 - BITNET

O BITNET (Because It's Times Network) está sendo implantado a nível planetário como linha telefônica dedicada entre os centros de computação. Seu objetivo é estabelecer uma rede de computadores para as comunicações entre acadêmicos e cientistas, viabilizando um tipo de "correio

eletrônico" simples e barato, que garanta o desenvolvimento da pesquisa científica.

Está baseado no RSCS (Remote Spooling Communication Subsystem) da IBM e oferece condições reais de interação automática entre seus usuários para os efeitos do correio eletrônico, processamento de dados em computadores de grande porte à distância, boletins eletrônicos, teleconferência, telefacsimile, disseminação da informação, acesso a bases de dados, e intercâmbio bibliográfico e de informação. Funciona como base para um extraordinário colégio invisível em escala internacional.

BITNET é o que se convenciona agora intitular uma "rede computacional de cobertura ampla" como resultado de convergências de novas tecnologias em telecomunicações e computadores. A rede de computadores constitui a base sobre a qual é estabelecida a interação livre e expedita entre os pesquisadores dispersos geograficamente, os recursos computacionais disponíveis e as fontes de informação em um contexto simples e integrado(*).

Cabe ressaltar, para os efeitos da implantação do SENEB que o BITNET já está em fase de implantação generalizada no Brasil.

A adoção do BITNET como meio de comunicação no âmbito do SENEB permitiria:

a) veicular os pedidos de empréstimos/comutação via "on line" sem maiores custos porquanto o seu uso seria compartilhado, no escopo da "assinatura" institucional;

b) enviar outros tipos de mensagens necessárias ao funcionamento do serviço (listas de ofertas de duplicatas, serviços de alerta, informações sobre o funcionamento dos serviços, etc);

c) enviar telefacsimiles de capítulos de livros ou de artigos de periódicos, para o que ainda se necessita estudos adicionais de viabilidade e custos.

Uma questão urgente que se coloca para a viabilização total do SENEB-COMUT seria a discussão em torno da interconexão do Bibliodata ao BITNET, além do CCN. Caso isso viesse a acontecer, as comunicações com ambos bancos de dados poderiam ser feitas de maneira mais econômica (que via RENPAC) e seria possível, ademais, conjugar as operações de consulta aos referidos bancos de dados com as de pedidos às bibliotecas, a exemplo do que já ocorre nos grandes sistemas de acesso ao documento primário no futuro.

(*) Para maiores informações sobre o BITNET consultar: MIRANDA, A. **Relatório de Viagem aos EEUU.** Brasília, 1989, p. 20-22.

No entanto, como isso não está ainda definido, o presente Anteprojeto contempla as operações de consulta ao catálogo coletivo e a de solicitação de empréstimo como independentes. Caso venhamos a ter a pretendida interconexão a sua adaptação não seria problemática.

5.4.4 - **Serviço de Malote**

O serviço de malotes pretende garantir uma base permanente e segura de comunicação postal entre as principais bibliotecas integrantes do SENEB.

Os malotes, para serem viáveis, devem ter o uso intensificado a fim de evitar ociosidade e desperdício (motivos que levaram ao insucesso tentativas anteriores). Conseqüentemente, o serviço de malotes do SENEB deverá atender aos seguintes critérios para sua implantação:

1) estreitar os vínculos postais entre instituições cujo volume de intercâmbio documentário justifique sua implantação;

2) permitir o uso mais abrangente possível, compreendendo os serviços:

- **comutação bibliográfica**: fotocópias e microformas.
- **empréstimo-entre-bibliotecas**: atendimento de pedidos, por empréstimo, de originais de monografias em geral;
- **intercâmbio documentário**: remessas de volumes e fascículos de obras em duplicata a outras bibliotecas, assim como as doações de todo tipo (inclusive das editoras universitárias)*.
- **correspondência**: envio de solicitações, ofícios e todos os formulários próprios do funcionamento dos serviços documentários, inclusive serviços de alerta e de disseminação da informação que venham contribuir para o uso mais intensivo dos serviços bibliográficos.

O malote possibilitaria um canal de comunicação seguro, adequado para o tipo de intercâmbio pretendido, o qual deve necessariamente compreender um volume de trocas significativo. Ao mesmo tempo simplificaria a tramitação da correspondência sobretudo pela possibilidade de juntar diferentes tipos de materiais, diminuindo o esforço de empacotamento e de controle, além de baratear os custos globais.

A **periodicidade** deve, idealmente, compreender duas vezes por semana e até três vezes onde o volume de trocas justificar os custos. Uma única vez por semana tornaria o serviço lento, recomendável apenas para materiais de demanda não prioritária.

(*) Embora considerada fundamental, a questão do intercâmbio documentário (permutas e doações) não será considerado no presente AnteProjeto, devendo merecer estudo específico.

5.5 - ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO FLUXOGRAMA DO SENEB

5.5.1 - NA BIBLIOTECA SOLICITANTE (BS):

1. O usuário apresenta a referência bibliográfica;
2. O responsável pelo SENEB/COMUT identifica no BIBLIODATA a Biblioteca Fornecedora (BF), caso tenha um terminal ligado, via RENPAC;
3. Caso exista o item demandado no banco de dados transferir os dados para o Formulário eletrônico do SENEB, acrescentando os dados relativos à BF, à BS e ao usuário; e fazer a comunicação em linha com a BF;
4. Tirar cópia em papel do pedido para controle;
5. Arquivar com um "cheque-empréstimo" sob o nome do usuário, no "Arquivo de Pedidos em Andamento";

3a. **Se não tiver terminal,** transferir os dados para o Formulário do SENEB (3 vias);

4a. enviar duas vias do Formulário para a BF, via correio regular ou malote. Acrescentar um "cheque-empréstimo" para o pagamento antecipado.

5a. Armazenar uma cópia do formulário pelo nome do usuário, no "Arquivo de Pedidos em Andamento";

3b. **Caso não disponha de terminal do Bibliodata** nem cópia do catálogo coletivo, deverá preencher o Formulário (3 vias);

4b. Remeter duas vias do Formulário para a Secr. SENEB com um "cheque-empréstimo";

5b. Armazenar via do formulário sob o nome do usuário no "Arquivo de Pedidos em Andamentos";

5.5.2 - NA BIBLIOTECA FORNECEDORA

1. Recebe o pedido via "on line" mediante cópia em papel do formulário;

2. Localiza o item demandado na estante; em seguida decide se pode emprestá-lo;
3. Caso positivo, anota a data de devolução no formuluário, assim como outras informações (ex:se o usuário pode levar o item fora da BS, se pode ser renovado por mais dias, etc)
4. e faz a cobrança do "cheque-empréstimo" (a posteriori, já que o pedido veio em linha);
5. Tira uma cópia do formulário (xerox);
6. Coloca uma cópia do formulário (xerox) dentro do livro;
7. Envolve o livro com uma "tarja" da BF, em que aparecem impressas as condições do empréstimo e anota nela a data de devolução;
8. Coloca o volume dentro de envelope acolchoado ou em container próprio;
9. Envia pelo correio regular ou via malote à BS (*).
10. Armazena a via do formulário no Arquivo de Obras Emprestadas, por data de devolução, juntamente com o "cheque".

se a biblioteca não puder atender o pedido:
(item emprestado, desaparecido, etc)

1. localizar outra Biblioteca Fornecedora (BF) e repassar o pedido, seja em linha ou via correio/malote;
2. avisar a BS que o pedido foi reencaminhado (em formulário próprio, seja eletrônico ou em papel);
3. se não tiver acesso ao Bibliodata ou à outra fonte de consulta ao catálogo coletivo, reencaminhar o pedido à Secretaria Executiva do SENEB.

5.5.3 - NA BIBLIOTECA SOLICITANTE (BS) – 2A ETAPA

1. Recebe o envelope ou container com a monografia solicitada à BF;
2. Desarquiva a via do formulário (por usuário);
3. Entra em contato com o usuário ou aguarda que este venha à BS para reclamar o item;

(*) Falta ainda definir a questão do pré-endereçamento. No caso do envio do formulário manual, a BS já poderia enviar a etiqueta de endereçamento próprio, para evitar erros e economizar tempo. No caso do pedido via correio eletrônico haveria que definir outra estratégia.

4. Quando o usuário aparece, proceder ao empréstimo local ou domiciliar, guardando as duas vias do formulário sob o nome do usuário;
5. Se houve empréstimo domiciliar e o usuário pede prorrogação ela só será possível se a BF tiver autorizado, neste caso enviar notificação;
6. Quando o usuário devolve o livro à BS, recuperar as duas vias do formulário;
7. Devolver o livro à BF, com a via do formulário;
7ª Devolver o livro à BF, com a via do formulário e mais o"cheque-empréstimo", caso o pedido tenha sido feito "em linha";
8. Guarda uma das vias do formulário no Arquivo de Pedidos Atendidos para efeito de controle e elaboração de estatísticas.

5.5.4 - DE VOLTA À BIBLIOTECA FORNECEDORA - BF - 2A. ETAPA

1. Recebe o volume de volta, abre-o e retira a via do formulário de empréstimo;
1ª Se o **pedido fora feito em linha**,nesse caso, além do livro e do formulário, deve vir o "cheque-empréstimo", em anexo.
2. Localiza no "Arquivo de Obras Emprestadas" a outra via do formulário e o "cheque empréstimo";
3. Confere se tudo está de acordo e, caso positivo, devolve a obra à estante;
4. Remete o formulário e o "cheque-empréstimo" à Secr. Exec. do SENEB solicitando pagamento do serviço prestado;
5. Arquiva uma das vias no Arquivo de Empréstimo sob Cobrança" (onde permanece até que o pagamento seja efetuado pela Secr. Exec. do SENEB);
6. Uma vez recebido o pagamento pelo serviço prestado, a via do formulário vai para um "Arquivo de Empréstimos Efetuados" para a elaboração de estatísticas e estudos.

5.5.5 - NA SECRETARIA EXECUTIVA DO SENEB

1. Recebe as duas vias do formulário e localiza no BIBLIODATA que bibliotecas(s) possui(em) o item, escolhendo uma delas;
2. Se houver comunicação via "correio eletrônico" com a BF,transferir para o Formulário eletrônico os dados publicação, da BF, da BS

e do usuário, acionando em seguida a mensagem correspondente à BF;

2ª Se não houver "correio eletrônico" fazer o envio das duas vias do formulário via correio regular ou malote;

3ª (Talvez seja preciso tirar uma cópia do pedido para responder a eventuais consultas das BS, neste caso arquivá-la pelo nome da BS).

4. Recebe da BF pedido(s) de pagamento pelos serviços prestados e confere se o(s) pedido(s) vem acompanhado(s) do(s) respectivo(s) "cheques",

5. Conferir o valor do "cheque" e efetuar o pagamento.

6. Guardar as vias dos formulários no Arquivo de Formulários de Pedidos Atendidos e Pagos" para a elaboração de estatísticas de Uso do SENEB, e estudos correspondentes.

6 - PADRÕES E INDICADORES

A determinação de padrões e indicadores paramétricos para o funcionamento de serviços bibliotecários é matéria de controvérsia embora considerada relevante para o planejamento e gerenciamento de sistemas de informação. Não se pretende, no âmbito da presente pesquisa, discutir a sua apropriação e validade mas, tão-somente, extrair da literatura alguns indicadores de interesse para avaliação de serviços de comutação e empréstimos-entre-bibliotecas, sobretudo sobre este último, como subsídio para o planejamento na área.Considerando que a matéria já fora levantada, em boa medida, na tese de doutorado de Antonio Miranda, com a discussão de suas premissas teóricas e a apresentação de muitos indicadores extraídos da literatura internacional optou-se, na presente pesquisa, por revelar novas informações, de forma mais estruturada. Pretende-se, por conseguinte, fornecer alguns subsídios para o "balizamento" dos serviços aludidos entre nós, baseados na experiência internacional.

O presente levantamento foi possível graças às consultas realizadas em bibliotecas norte-americanas, notadamente na Biblioteca Pública de Nova Iorque e na Biblioteca de Graduação da Universidade de Michigan.

A revisão de literatura foi centrada fundamentalmente no universo das bibliotecas universitárias e, complementarmente, no da biblioteca especializada e os dados relativos primordialmente ao empréstimo-entre-bibliotecas.

6.1 - ÁREAS DE CONHECIMENTO

As áreas de conhecimento mais demandadas através do serviço interbibliotecário da LC, em 1975, foram as seguintes:

Humanidades 44%
Ciências 24%
Ciências Sociais 19%
Outras ..... 13% (TREVETT, 1979)

6.2 - CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

A capacidade de atendimento às solicitações interbibliotecárias (comutação) de New England (USA) em 1976, conforme estudo (amostra: 191, respostas válidas: 113 ou 58%) dos pedidos remetidos durante um mês, foi medida em 93,6%, considerando que tais atendimentos apenas refletem os pedidos finais (TRUDELL & WOLPER, 1978).

. A capacidade da LC, medida em 1976, foi de 54% (TREVETT, 1979).

. O empréstimo de monografias realizado entre 7 bibliotecas no centro-oeste de Illinois (**West-Central Illinois Library Cooperative**), envolvendo 4.146 pedidos do ano fiscal 1977-1978, atendeu a 2.114 itens (51%) REYNOLDS, 1980.

. Os pedidos remanescentes, solicitados através de formulários da ALA a outras bibliotecas (um única opção de biblioteca fornecedora), foram atendidos em 66%. Os pedidos complementares feitos através do OCLC/ILL foram atendidos em 92, 9% (REYNOLDS, 1980).

. O mesmo estudo revelou que, dos pedidos de empréstimos de monografias feitos em duas tentativas negativas a outras bibliotecas, foram atendidas pelos serviços de OCLC/ILL em 86,8% dos casos, e em menor espaço de tempo (REYNOLDS, 1980).

. estudo realizado em 1980-81, compreendendo pedidos feitos através do OCLC, baseados no seu **Online Union Catalog**, num total de 509 (sendo 254 periódicos e 255 monografias) tiveram sucesso (96,3% com os periódicos e 88,5% com as monografias (DODSON; PHILIBIN & RASTOGI, 1932).

. Ibid ... demonstrou que os itens foram atendidos, segundo as normas do OCLC, em até 5 tentativas (automáticas) na seguinte ordem de empréstimo:

1a. biblioteca	64,4%	periódicos;	49,3% monografias
2a. biblioteca	20,1%	periódicos;	30,4% monografias
3a. biblioteca	9,9%	periódicos;	11,1% monografias
4a. biblioteca	4,3%	periódicos;	6,4% monografias
5a. biblioteca	1,3%	periódicos;	2,8% monografias

Deduz-se dos dados acima que é mais difícil obter periódicos do que monografias; provavelmente porque os periódicos podem ser atendidos mediante fotocópias enquanto as monografias podem estar emprestadas ou terem restrições para saírem da biblioteca (DODSON; PHILIBIN & RASTOGI, 1982).

. A capacidade de atendimento entre as bibliotecas participantes do Florida Library Information Network (FLIN), na mesma época, incluindo bibliotecas universitárias, públicas, escolares e especializadas (amostra: aproximadamente 530, com 372 respostas, ou 70%) foi medida, revelando os seguintes resultados:

86% para o atendimento dos pedidos de fotocópias de artigos de periódicos

82% para o empréstimo de monografias (LINSLEY, 1982).

. A capacidade de atendimento das 11 bibliotecas universitárias patrocinadas pelo governo de Illinois, segundo um estudo de um ano (ano acadêmico 1969-70), compreendendo 7.126 solicitações interbibliotecárias, foi medida em 82.6% (SCHMIDT & SHAFFER, 1971).

. A capacidade do **Maryland Interlibrary Loan Network** analisando 1.148 pedidos realizados em um único mês de 1969, foi 59% (WARNER, 1971).

. Os pedidos da **University of Calgary Library** (Canada), remetidos à **National Lending Library for Science and Technology** (ex-BLLD, Inglaterra) foram atendidos em 92%, enquanto as bibliotecas canadenses e norte-americanas atenderam 94% (WILSON, 1973).

. Outro estudo (na **Health Sciences Libraries of the State of New York, Buffalo**), separado em duas amostras, revelou a performance, no atendimento a pedidos de livros e periódicos, atingindo 89,5% no caso da amostragem A e 97,1% no caso da amostragem B BROWN; MILLER & PINCHOF, 1975).

. A **Paul Klapper Library,** do **Qweens College** (CUNY), em estudo comparativo dos pedidos interbibliotecários em 1981 (tanto no outono quanto na primavera), descobriu diferenças no atendimento no período de outono:

FORNECEDOR/	OUTONO	PRIMAVERA	
TWX	100%	94%	
OCLC	100%	95%	
NYS-ILL	86%	84%	
ALA(formulário)	74%	76%	(TALER, 1982).

6.3 - IDADE DO MATERIAL

. Uma pesquisa da literatura sobre empréstimo-entre-bibliotecas realizada de 1972-73, para a **Association of Research Libraries** revelou que, por consenso geral, 20% aproximadamente dos itens transacionados

foram publicados nos últimos 3 anos e mais de 50% do total foram publicados nos últimos 10 anos (STEVENS, 1974).

. Um estudo (realizado em 1976) dos pedidos enviados à **Library of Congress** durante o ano de 1975 (tamanho da amostra: 1.114 pedidos) demonstrou que as datas de publicação do material solicitado foram as seguintes:

Antes de 1900	16,7% do total
1900 - 1949	38,0% do total
1950 - 1969	23,8% do total
1970 - 1975	21,5% do total

O material bibliográfico dos últimos 3 anos compreendeu 10% dos pedidos à LC, comparado com uma variação de 17 - 25% em outros estudos similares, em outros tipos de bibliotecas TREVETT, 1979).

. Estudo realizado pelo **Joint Libraries Commitee** no uso de fotocópias em 10 bibliotecas (3 governamentais, 3 públicas e 4 universitárias), em 1959, com ênfase nos pedidos de fotocópias endereçadas à NYPL, **University of Chicago e Princeton University**, mostrou que, nas 3 bibliotecas de pesquisa, a idade do material foi a seguinte:

IDADE DA PUBLICAÇÃO	NYPL	PRINCETON	CHICAGO
Século 20	91,0%	83,7%	95,1%
Últimos 10 anos	57,9%	47,4%	37,0%
Últimos anos	13,3%	2,5%	6,0%

(JOINT LIBRARIES COMMITTEE, 1961).

. Uma pesquisa de 1975 envolvendo pedidos feitos ao **Information Dissemination Service** (atendendo as necessidades de informação biomédica de 9 áreas urbanas) do **Health Sciences Libraries of the State University of New York,** Buffalo, baseada em duas amostras (amostra A: pedidos enviados por 4 hospitais durante 3 meses em 1972, totalizando 1.802 pedidos inter-bibliotecários; amostra B: randômica de 10% de todos os pedidos de um vasto grupo deprofissionaisbiomédicos, em um período de 3 anos, entre 1970-1973, compreendendo 2.280 pedidos a outras bibliotecas) demonstrou que os pedidos de materiais dos últimos 5 anos foram da seguinte ordem de grandeza: amostra A (60,4% dos pedidos de periódicos; 40,2% dos pedidos de livros) e amostra B (70,6% dos pedidos de periódicos e 53,6% dos pedidos de livros) (MORTON, 1977).

. Um estudo de solicitação de documentos feitos por 21 hospitais de Massachussetts, durante o ano de 1975 (4.368 pedidos de fotocópias de artigos de periódicos de 1,071 títulos diferentes) demonstrou que a idade dos itens requisitados variou da seguinte forma:

5 anos ou menos 2.729 (62,48%) dos pedidos
10 anos ou menos 3.501 (80,15%) dos pedidos
20 anos ou menos 4.086 (93,54% dos pedidos
30 anos ou menos 4.262 (97,57%) dos pedidos

Comparado com os números de pedidos de itens de 5 anos ou menos em 4 outros estudos referenciados na literatura, variando de 50-65%, e o número de pedidos de 10 anos ou menos em 3 outros estudos, que variaram de 69-85% (MORTON, 1977).

6.4 - MOTIVAÇÕES DOS PEDIDOS

. Pesquisa realizada em 1974, em 47 bibliotecas participantes da rede OCLC, mostrou que 12 bibliotecas não tinham motivos especiais para sua participação na referida rede, enquanto 15 estavam particularmente interessadas na aceleração de seus processos técnicos de catalogação; 10 outros porque desejavam reduzir os custos da catalogação; 7 porque desejavam melhorar seus serviços de "ILL", e 3 com diversos objetivos. 80% dos diretores destas bibliotecas acreditam que sua participação no OCLC era satisfatória para seus próprios objetivos. (HEWITT, 1976)

(Um estudo semelhante poderia vir a ser feito no Brasil para determinar os interesses, motivações, vantagens e utilidades da participação de nossas bibliotecas em diversas redes e serviços nacionais tais como o Bibliodata, CCN, COMUT, etc.)

. Pesquisa realizada em 1972 junto a 2.600 bibliotecas universitárias demonstrou que as 4 atividades mais comuns eram as seguintes: empréstimo e comutação em bases recíprocas: 78%; expansão do serviço de empréstimo: 64%; catálogos coletivos: 62%; comutação (exclusivamente de fotocópias; 58% (CUADRA &PATRICK, 1972).

6.5 - NÃO ATENDIMENTO: CAUSAS

. De acordo com um estudo, realizado em 1976, a partir de solicitações enviadas à **Library of Congress** durante 1975 (amostra: 1.114 pedidos), chegou-se à conclusão que foi possível atender apenas 54% dos mesmos. Três razões contribuíram para o baixo nível de atendimento: material não podia se emprestado fora do recinto da biblioteca (35%); ma-

terial emprestado dentro ou fora da biblioteca (32%); e material não existente na coleção (24%) (STEVENS, 1974).

. Um estudo realizado durante o ano acadêmico de 1969-1970, compreendendo 7.126 transações inter-bibliotecárias entre os membros da RAILS (11 bibliotecas universitárias com apoio econômico do estado de Ohio), demonstrou que 17,4% dos pedidos não obtiveram resposta positiva. Estudo detalhado, a partir de uma amostra de 10% do universo (N=708), envolvendo 125 pedidos não atendidos, indicou as seguintes causas para o fracasso no atendimento: não possuía os itens (46,4%), itens desaparecidos (21,6%) itens não recebidos ainda dos editores (19,2%), em uso (8,8%), material não podia ser emprestado fora do recinto da biblioteca (3,2%) e outros (0,8%). O estudo também revelou um índice relativamente baixo de coincidência entre os títulos solicitados via interbibliotecária e no recinto da biblioteca (PAUSTIAN, 1981).

6.6 - TAMANHO DO ACERVO X EMPRÉSTIMO-ENTRE-BIBLIOTECAS

. A correlação entre as atividades interbibliotecárias e o tamanho do acervo das maiores bibliotecas universitárias (82 membros da Association of Research Libraries), de acordo com as estatísticas coletadas durante 5 anos (1973-1974 até 1977-1978) demonstrou ser estatisticamente significativa mas não particularmente relevante. As grandes bibliotecas tendem, segundo o estudo empreendido em 1981, a emprestarem mais e as pequenas a emprestarem menos. A correlação variou de r=.444 no ano acadêmico 1973-74 até r=.665 no ano acadêmico de 1974-1975 (significância de 0.05 em todos os casos) (PAUSTIAN, 1981).

. O mesmo estudo também demonstrou uma correlação significativa mais igualmente fraca entre o tamanho da coleção e as atividades interbibliotecárias, onde as pequenas bibliotecas tendem a pedir mais materiais por empréstimo do que as grandes bibliotecas e as grandes bibliotecas pedem menos itens emprestados que as pequenas. A correlação variou entre r=.291 no ano acadêmico de 1973-1974 a r=.393 no ano 1977-78.

6.7 - **TEMPO DE ATENDIMENTO**

O tempo de atendimento é fator primordial no funcionamento de um serviço de empréstimo-entre-bibliotecas, determinando sua utilidade estratégica para os trabalhos de pesquisa dos usuários.

Na prática costuma-se diferenciar os tempos consumidos a nível de biblioteca solicitante e fornecedora embora a literatura consultada nem

sempre seja tão explícita.

Foram os seguintes os indicadores encontrados:

. Um estudo das operações interbibliotecárias nos dois primeiros meses de 1972 na **Trent University Library**, em Peterborough, Canada, revelou que o tempo médio de operacionalização de pedidos de empréstimos a outras bibliotecas foi de 35, 6 minutos (sendo 31.5 minutos de pessoal auxiliar e 4,9 minutos do bibliotecário) enquanto os pedidos às demais bibliotecas da mesma biblioteca consumiram 11,1 minutos do pessoal de apoio. O tempo médio (geral) foi de 29,5 minutos para cada atendimento (COSSAR, 1973).

O mesmo estudo demonstrou que o tempo usado para atender os pedidos interbibliotecários dos professores (42,5 minutos cada) do que os alunos dos cursos de graduação (29,4 minutos).

. Os pedidos enviados pela **University of Calgary Library** (Canada) enviados à **National Lending Library for Science and Technology** (ex-**British Library Lending Division)** e a bibliotecas canadenses e norte-americanas foram atendidos no prazo médio de 14,4 dias. O estudo não diferencia o atendimento inglês com o canadense e norte-americano (WILSON, 1973).

. Os pedidos de 7 bibliotecas de Illinois exclusivamente de monografias - feitas entre as bibliotecas por intermédio do formulário ALA levou, em média, 15,9 dias; através do OCLC/ILL, comprovadamente mais eficiente, foi de 10,8 dias (REYNOLDS, 1980).

. Os pedidos, tanto de monografias quanto de periódicos, feitos pela **Health Science Libraries of the State of New York**, Buffalo, foram atendidos no prazo de 2 dias úteis em 89, 2% dos casos da amostra A e em 68,3% no caso da B (BROWN, MILLER &PINCHOFF, 1975).

. Estudo realizado em New England, incluindo vários tipos de bibliotecas (113 bibliotecas), analisando os pedidos de um mês, demonstrou que o tempo consumido no tratamento (desde a recepção do pedido até o seu envio pelo correio) foi de 2,5 dias, e 32% no mesmo dia (TRUDELL & WOLFER, 1978).

. Pesquisa sobre empréstimo interbibliotecário de monografias entre 7 bibliotecas de Illinois, entre 1977-78, demonstrou que, usando o formulário ALA o tempo médio de atendimento foi de 15,9 dias; usando o formato OCLC o atendimento foi de 10,8 dias em média (REYNOLDS, 1980).

. Segundo estudo realizado pela **National Lending Library for Science and Technology.** para medir o uso da **Xerox Telecopier** (fotocópia enviada através de linhas telefônicas), incluindo o tempo de requisição (telex) e recepção de cópia determinou 3 dias entre Boston Spa (In-

glaterra) e Calgary, no Canada, sendo 6 minutos por transmissão de cada página (WILSON, R:G:, 1973).

6.8 - TIPO DO MATERIAL CIRCULADO

. Estudo realizado em Chicago, Ill., revelou os seguintes tipos de materiais mais solicitados, via interbibliotecária, em 3 bibliotecas pesquisadas:

TIPO DO MATERIAL	NYPL	PRINCETON	CHICAGO
Livros	5,4%	25,8%	17,0%
Periódicos	92,1%	49,8%	71,9%
Mapas	0,2%	5,1%	----
Música	0,3%	----	----
Manuscritos	0,3	14,2%	----
Iconografia	0,5	5,1%	----

(JOINT LIBRARIES COMMITTEE, 1961).

. Outro estudo, realizado no **Southern Illinois University**, revelou que 68% dos pedidos eram de artigos de periódicos, 21% de teses e dissertações, e 11% de livros (GRAZIANO, 1962).

. Estudo em 11 universidades estaduais de Ohio demonstrou que 71,3% dos pedidos foram de fotocópias de artigos de periódicos, enquanto 28,7% foram de pedidos de monografias (SHMIDT & SCHAFFER, 1971).

. Estudo realizado em biblioteca especializada (Medicina) revelou que entre 90,1% e 90,4% (amostras A e B) foram de fotocópias de artigos de periódicos, enquanto os pedidos de livros variaram entre 9,6 e 9,9% (BROWN, MILLER & PINCHOFF, 1975).

6.9 - USO DO SERVIÇO

. O uso de serviços de interbibliotecários foi medido em bibliotecas especializadas e deu como resultado que dos 813 médicos de 16 hospitais ortopédicos no sudeste de Michigan, apenas 300 (menos de 40%), trabalhando em 3 hospitais, afirmaram depender de serviços desta natureza (PINGS & MALIN, 1970).

6.10 - USUÁRIOS

. Na **Trent University Library**, Peterborough, Ontario, de acordo com estudo realizado em 1972, 52,1% dos pedidos interbibliotecários foram gerados por alunos e 47,9% pelos professores (COSSAR, 1973).

. Estudo realizado em bibliotecas universitárias revelou que 50% dos pedidos vieram de 10% dos usuários locais das bibliotecas; 34% dos pedidos foram originados por 4% dos usuários; 22% de pedidos por 2% dos usuários, ou seja, um grupo significante de usuário demanda maior volume de pedidos que todos os demais, constituindo-se, presumivelmente, em uma realidade internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, J. Donald; MILLER, Jean K.& PINCHOFF, Diane M. Study of the Information Dissemination Service - Health Sciences Libraries, State University of New York at Buffalo. **Bulletin of the Medical Library Association**, 63(3): 259-271, July 1975.

BROWN, Maryann Kevin, **Survey of costs in technical processing and interlibrary loan summary.** Boulder, Colo. : Western Interstate Library Coordinating Organization, Western Interstate Commission for Higher Education, 1976.

COPE, Gabriele E. **Coping with the OCLC subsystems.** 2nd. rev. ed. Lincoln, Neb.: Ego Books, 1986.

COSSAR, Bruce. Interlibrary Loan Costs. **RQ**, 12 (3): 243-246, 1973.

CUADRA, Carlos A. & PATRICK, Ruth J. Survey of Academic Library Consortia in the USA. **College and Research Libraries**, 33(4): 271-283, 1972.

DODSON, Ann T.; PHILBIN, Paul P. & RASTOGI, Kunj B. Electronic Interlibrary Loan in the OCLC Library: A Study of its Efectiveness. **Special Libraries,** 73(1): 12-29, January 1982.

ENGELKE, Hans. **A Survey on telefacsimile use in libraries in the United States.** S.l., American Library Association, Resources and Technical Services Division, Reproduction of Library Material Section, 1976. 96 p.

GRAZIANO, Eugene E. Interlibrary Loan Analysis: Diagnostic for Scientific Serials Backfile Acquisitions. **Special Libraries.**, 53(5): 251-257, May/June 1962.

HERNON, Peter & PASTINE, Maureen. **College and Research Libraries,** 38(2): 129-139, March 1977.

HEWITT, Joe A. The impact of OCLC. **American Libraries,** 7(5):86-101, may 1976.

HYMAN, Richard J. Medical Interlibrary Loan Patterns. **Bulletin of the Medical Library Association,** 53 (2): 215-224, Abril 1965.

JOINT LIBRARIES COMMITTEE ON FAIR USE OF PHOTOCOPYING,

American Library Association. Fair Use of Photocopying Report on Single Copies. **ALA BULLETIN,** 55(6): 571-573, June 1961.

LINSLEY, Laurie S. Academic Libraries in an Interlibrary Loan Network. **College and Research Libraries,** 43 (4): 292-299, July 1982.

McHUGH, Anita L. **Costs in technical processing and interlibrary loan: data processing user"s manual.** Boulder, Colo.: Western Interstate Commission for Higher education, 1976.

MORTON, Donald J. Analysis of Interlibrary Requests by Hospital Libraries for Photocopied Journal Articles. **Bulletin of the Medical Library Association,** 65(4): 425-432, Oct. 1977.

MORRIS, Leslie R. **Interlibrary loan policies directory.** 2nd. ed. Chicago, Il.: American Library Association, c1984.

NEW, Doris E. & OTT, Retha Zane. Interlibrary Loan Analysis as a Collection Development Tool. **Library And Technical Services,** 18(3): 275-283, 1974.

NEW JERSEY. State Library, Trenton. Interlibrary Reference and Loan Service. **Interlibrary loan, photocopy, and reference procedures manual; compiled by Oliver P. Gillock, Jr. Trenton: The Service, 1973.**

NTIS. Interlibrary Loans; a bibliography with Abstracts. Search period covered 1964 - November 1975. **62 p (NTIS/PS/75/813)**

PALMOUR, Vernon E. Methods of financing interlibrary loan services. Rocksville, Md: The Association of Research Libraries, 1974.

PAUSTIAN, P. Robert. Collection Size And Interlibrary Loan in Large Academic Libraries. Library Research, 3: 393-400, 1981.

PINGS, Vern M. Malin, Joyce E. Access to Scholarly Record of Medicine by the Osteopathic Physicians ofouthastern Michigan. **Bulletion of Medical Library Association,** 58 (1): 18-22, Jan. 1970.

REYNOLDS, Dennis J. Refional Alternatives fora Inteerlibrary Loan: Access to Unreported Holdings. **College and Research Libraries,** 41 (1); 33-42, January 1980.

SCHIBER, William D. Telefacsimile in libraries: a report of an experiment in facsimile transmission and an analysis of implication for interlibrary loan. **Los Angeles: University of California, Institute of Library Research, 1968.**

SCHMIDT, C. James & SHAFFER, Kay. A Cooperative Interlibrary Loan Service for the State-Assisted University Libraries in Ohio. College and Research Libraries, 32(3): 197-204, May 1971.

SHIPMAN, John. Signifying Renewal as Well as Change: One Li-

brary"s Experience with the Center for Research Libraries. ıLibrary Acquisition: Practice and Theory, **2(5)**; 2(5): 243-248, 1978.

STEVENS, Rolland Elwell. **A feasibility study of centralizad and regionalized interlibrary loan centers.** Washington: Association of Research Libraries, 1973.

STEVENS, Rolland E. A Study of Interlibrary Loan. **College and Research Libraries**, 35 (5): 336-359, Sept. 1974.

TALER, Izabella. Automated and Manual ILL: Time Effectiveness and Success Rate. **Information Technology and Libraries,** 1(3): 277-280, Sept. 1982.

THOMPSON, Dorothea M. Correct Uses of Library Data Bases Can Improve Interlibrary Loan Efficency. **Journal of Academic Librarianship**, 62 83-86, May 1980.

THOMSON, Sarah Katherine. **Interlibrary Loan Procedure Manual.** Chicago: Interlibrary Loan Committee, American Library Association, 1970.

TREVVETT, Melissa D. Characteristica of Interlibrary Loan Requests at the Library of Congress. **College and Research Libraries**, 40(1): 36-43, Jan. 1979.

TRUDELL, Libby & WOLPER, James. Interlibrary Loan in New England. **College and Research Libraries**, 39 (5): 365-371, Sept. 1978.

WARNER, Edward S. The Impact of Interlibrary Access to Periodocials on Subscription Continuation/Cancellation Decision Marking. **Journal of The American Society for Information Science**, 32 (2): 93-95, March 1981.

WARNER, Edward S. A Tentative Analytical Approach to the Determination of Interlibrary Loan Network effectiveness. **College and Research Libraries**, 32 (3): 217-221, May 1971.

WILSON, R.G. Interlibrary Loan Experiments at the University of Calgary. **Canadian Library Journal**, 30(1): 38-40. May/June 1973.

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA